e ainda

CURTAS págs. 2 e 3
EM POUCAS PALAVRAS...

MAPA ASTRAL pág. 23
O FUTURO É DESESPERANTE, ALEGRA-TE!

DESNORTE pág. 22
OS PAPARAZZI E A TAXIDERMIA

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 4
DEZEMBRO 2013-JANEIRO 2014 / BIMESTRAL / ANO II
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

A factura da fractura hidráulica

págs.5 a 7

Chama-se fractura hidráulica e é uma técnica de obtenção de gás de xisto que consiste na perfuração do subsolo para injecção de milhões de litros de água e detergentes químicos. Entre os seus perigos conta-se a ocorrência de sismos e a contaminação dos caudais de água. Com a suposta "crise energética" como pano de fundo, a fractura hidráulica é aposta das empresas petrolíferas para multiplicar os seus lucros. Em Portugal já estão reservados milhares de hectares de terreno para esta técnica passando pelo Barreiro, Alcobaça e a Costa Alentejana.

O país às escuras

págs. 8 e 9

O valor dos lucros do gigante eléctrico EDP foram, nos três primeiros trimestres de 2013, na ordem de 792 milhões de euros. No mesmo dia em que este valor é anunciado a empresa, escoltada pela polícia, procede ao corte da electricidade no bairro social do Lagarteiro no Porto, deixando sem luz dezenas de pessoas. Um breve olhar para a história desta empresa revela, imediatamente um percurso marcado por abusos e expropriações em nome do progresso e, obviamente, uma relação muito próxima dos antros de poder.

Da cidade à terra

pág. 14

O Musas é uma colectividade do Porto que se prepara para comemorar os seus 70 anos de vida. No seguimento de um processo onde esteve eminente uma acção de despejo foi assinado um acordo judicial que se traduz num aumento brutal da renda do local.No seu espaço alberga-se a quinta Musas da Fontinha, um projecto constituído por uma agrofloresta e hortas comunitárias, um ponto de fuga e resistência na dinâmica nociva da mega-cidade e que necessita agora de apoio para sobreviver.

O Ferreira

págs. 18 a 21

A história de António Ferreira de Jesus acompanha a história do Sistema Prisional português dos últimos 70 anos. Nesta grande prisão que é a sociedade em que vivemos uma visão sobre a sua vida e o seu percurso é deixada nestas páginas.

Há uma história *queer* em Portugal?

págs. 11 e 12

Em portugal existe uma história da sexualidade militante apesar de ter sido continuamente relegada para os confins da memória por uma moral dominante e "envergonhada". No primeiro de uma série de dois artigos inicia-se a organização dos traços principais que compõem esta história, a partir da cidade de Lisboa, desde o 25 de Abril de 1974 até aos dias de hoje.

Um ano de informação crítica pág.2
12 meses na rua, 24 páginas na mão

EDITORIAL

SAMUEL BUTON

Um ano de informação crítica

O jornal MAPA conclui este primeiro ano da sua vida com a 4ª edição e coloca já os olhos nas próximas do ano que se avizinha. Daqui para a frente continuar-se-á a empenhar, afincadamente, no desígnio de ***mapear o terreno em busca de resistências às nocividades do dia-a-dia***, no objetivo *de* ***desenvolver um projeto de informação crítica*** e na arte do ***pensamento livre***.

Ao longo deste ano deparámo-nos, com agrado, com inúmeros cruzamentos e pontos de encontro com leitores que nos deram a melhor resposta possível: a proposta de colaborações e a partilha de opiniões e análises sobre o que por aqui se vai fazendo e acontecendo. O presente número é um bom exemplo disso.

O MAPA, por ser um projeto assumidamente em construção, tem no seu coletivo redatorial o maior dos desafios e, ao abrir espaço às colaborações, tenta concretizar o objetivo que há um ano se propunha: a possibilidade de comunicação que surge do balancear entre o que denunciamos e o que potenciamos. Assim, são de notar os desafios lançados ao pensamento crítico e à ação quotidiana pelos artigos que nos chegam à "redação", mesmo que estes possam, por vezes, não ser um reflexo das posturas coletivas ou individuais no seio do projeto.

Posto isto existem algumas notas que requerem atenção prévia em relação a estas 24 páginas. A primeira nota a dar conta são os planos para a extração de gás de xisto e petróleo por meio da fractura hidráulica em Portugal. Este processo, altamente nocivo para a Terra e os seus habitantes, iniciado na região Oeste, prossegue agora a sua fase exploratória na Margem Sul do Tejo. Esta história junta-se ao percurso da *Energias de Portugal* (EDP), a quem todos pagamos a conta da eletricidade, sem questionar, tal como na questão energética anterior, o preço cobrado que nos é apresentado em nome do nosso "bem-estar". Olhando para a forma como a EDP agiu com os habitantes do bairro do Lagarteiro, no Porto, tudo nos leva a pensar que têm uma esquadra de polícia nos seus balcões.

Enquanto decorre este triste filme, na sala do lado descobre-se que para além da ascensão da extrema-direita na Europa, uma forma requintada de fascismo reside na instalação de lâminas, altamente cortantes, nas vedações que cercam a cidade norte africana de *Melilla*, com o objetivo declarado de cortar os braços, as pernas e ceifar a vida dos aventurados que ousem atravessar a fronteira ilegalmente para o território espanhol. Surge então a pergunta sobre se a Europa é um espaço livre e democrático apenas para os Europeus brancos nascidos dentro das suas fronteiras?

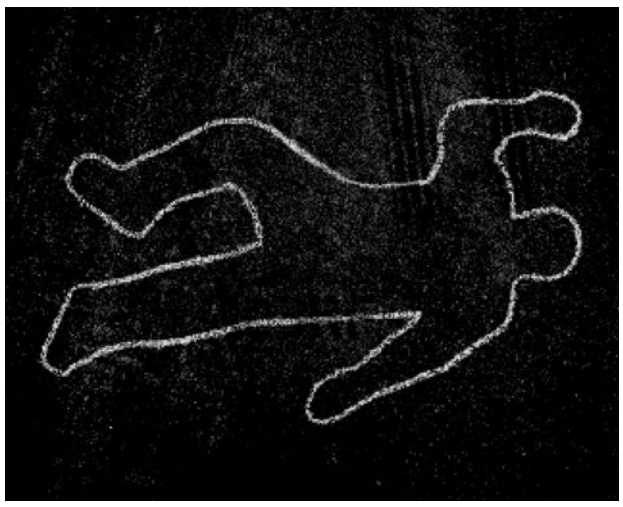
> **Ao longo deste ano deparámo-nos, com agrado, com inúmeros cruzamentos e pontos de encontro com leitores que nos deram a melhor resposta possível: a proposta de colaborações**

Nesta edição trazemos ainda uma contribuição que nos chegou sobre a vida, o percurso e as ideias do recém falecido António Ferreira de Jesus. Desconhecido para muitos nesta grande prisão ao ar livre que é a sociedade em que vivemos, era, no entanto, bem conhecido em diversos Estabelecimentos Prisionais portugueses onde esteve preso 52 anos. Durante esse tempo, aí resistiu e denunciou o sistema prisional português e os seus abusos. E, nesse sentido, esta história de vida, contada na terceira pessoa, ganha hoje uma pertinência cada vez mais mais actual.

Destacam-se estes três apontamentos que se tornam em razões, não só para mapear pontos críticos, mas para continuar a querer construir, já hoje, outros mapas onde seja possível desenhar outros caminhos que subvertam aqueles apontados pelo sistema.

CURTAS

Polícia: 25 mortes em 7 anos



A Inspecção-Geral da Administração Interna (IGAI) publicou, no passado dia 21 de Novembro, o Relatório de atividades de 2012 com o objetivo de *"averiguar todas as notícias de violação grave dos direitos fundamentais de cidadãos por parte dos serviços ou seus agentes"* e onde constam apenas os abusos formalmente denunciados. Dentre as informações que constam no relatório, registam-se 405 ocorrências abusivas atribuídas à PSP e 310 à GNR, onde se incluem ofensas corporais, abuso de autoridade, ferimentos e/ou ameaça com arma de fogo, ou ilegalidades, irregularidades e omissões. O relatório refere também as queixas relativas a outras entidades como a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária ou o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. No que respeita a vítimas mortais resultantes de operações policiais, o relatório é mais abrangente, compreendendo o período entre 2006 e 2012. Constata-se, então, que não existe um ano sem vítimas mortais e são atribuídas 14 mortes à GNR e 11 à PSP, totalizando 25 mortes em apenas sete anos.

Racismo disfarçado de solidariedade

No passado dia 24 de Outubro, o Tribunal Criminal de Loures condenou a nove anos de prisão o militar da GNR Hugo Ermano que, em 2008, matou uma criança de 12 anos no seguimento de uma perseguição de automovel movida contra o pai na qual se encontrava a criança . O episódio resultou na inédita condenação em tribunal de um agente das forças de segurança a uma pena de prisão efetiva, que não está a ser cumprida, uma vez que foi interposto um recurso à decisão do Tribunal. Perante a condenação, originou-se uma suposta campanha de "solidariedade" para com o militar, com petições a pedir a sua absolvição e apoios da GNR e da Associação Prática da Guarda (APG). No entanto, através das redes sociais, a campanha assumiu rapidamente a forma de manifestação de racismo contra a comunidade cigana, onde se parece ignorar o facto principal de que um rapaz de 12 anos foi assassinado. Um dos elementos da APG, Nuno Guedes, afirmou que uma das principais missões da GNR é zelar pelos bens de terceiros e era isso que o Hugo Ermano estava a fazer". Segundo uma reportagem no jornal i, Ermano ter-se-á mostrado preocupado com a criança após ter sido baleada, tentando até estancar-lhe o sangue. Ainda assim, no acórdão do processo, admitiu que se fosse hoje voltaria a fazer a mesma coisa.

Lâminas introduzidas na cerca de Melilla

No final de Outubro, o governo espanhol procedeu à instalação de uma malha metálica com lâminas nas vedações que separam Marrocos de Espanha na localidade de Melilla, na tentativa de impedir a entrada de pessoas em território espanhol. A *"Valla de Melilla"* consiste em 12Km de vedações paralelas com 6 metros de altura que, estando agora munidas de lâminas, permitem a ocorrência de graves lesões a quem a tente atravessar. As lâminas tinham já sido introduzidas em 2005 no contexto das políticas anti-imigração do Estado Espanhol, tendo sido retiradas em 2007, após a morte de dezenas de pessoas que tentavam ultrapassar a grelha fronteiriça. Após os recentes naufrágios na ilha de Lampedusa, ao largo de Itália, que vitimaram centenas de pessoas em Outubro passado, esta é mais uma das medidas repressivas sobre um inimigo invisível criado pela lógica securitária da Europa e dos seus estados membros. Desde 2002 que os naufrágios no mar Mediterrâneo já vitimaram cerca de 3300 pessoas.

+ INFO
migreurop.org

Correio da transfobia

O jornal diário Correio da Manhã, na sua reportagem de 2 páginas de dia 21 de Outubro, vergonhosamente expôs a privacidade de 20 transexuais, violando a confidencialidade das identidades anteriores e actuais.

Esta atitude discriminatória e "cusca", com a qual os mass media já nos vão habituando, é desrespeitosa e, até, perigosa, para com estas pessoas que se defrontam quotidianamente com uma sociedade transfóbica. A fragilidade das vidas destas pessoas expõe-nas aos mais variados tipos de discriminações e dificuldades, exemplo disso é o facto da Organização Mundial de Saúde considerar as pessoas *trans* doentes mentais e a lei portuguesa ser baseada nisso. Mas até essa própria lei consagra, no código do registo civil, o direito à privacidade da identidade das pessoas que mudam de sexo. Os jornalistas responsáveis não citam a fonte que lhes revelou tais informações, atribuindo-se portanto a proveniência das informações ao Instituto dos Registos e do Notariado ou aos profissionais de saúde que acompanharam estas pessoas. O CM abre aqui um precedente que deve ser condenado, ao mesmo tempo que escreve insinuosamente sobre as comparticipações do SNS a certas operações de mudança de sexo, com um tom que pode aludir à fobia.

Certo tipo de jornalismo e certos tipos de informantes deviam ser discriminados!

CURTAS

100% carne... para canhão

No último mês de Outubro, o McDonald's Lisboa despediu 53 funcionários, anunciando a intenção de contratar 71. A empresa justificou-se dizendo que os funcionários em questão *"não correspondem ao perfil"* e, segundo Sofia Mendonça, diretora de Recursos Humanos, continuarão a "recrutar, abrir restaurantes e a dar formação". Contudo, os trabalhadores despedidos parecem não estar de acordo com essa justificação, que já à partida parece contraditória. Uma das trabalhadoras, ainda a recuperar de um acidente de trabalho, afirma que, uma vez que não podia estar no atendimento, já que não pode usar calçado fechado, lhe foi "proposta" a rescisão por não haver vagas na área administrativa. Segundo um artigo do canal tvi24, a lista de funcionários dispensados inclui mulheres grávidas e a amamentar. Mas não são apenas convalescentes ou grávidas a não ter perfil adequado para a empresa. A maioria dos trabalhadores são negros, que apontam o racismo como causa para os seus despedimentos. António Barbosa, do Sindicato de Hotelaria Sul, afirma que *"tem sido chocante a forma como a empresa tem gerido toda esta situação. É estranho que, em 53 despedimentos, a grande maioria sejam trabalhadores negros"*. Para além da destruição ambiental causada pela ação deste gigante do *fast food*, através de atividades de produção intensiva de animais, desflorestação, uso de organismos geneticamente modificados, entre outras, a forma como trata os seus trabalhadores é também motivo de condenação. Ao mesmo tempo que trata os seus trabalhadores como peças descartáveis que se podem substituir quando lhe seja conveniente, a Mcdonald's registou, no primeiro trimestre de 2013, um lucro de 997 milhões de euros.

JOÃO CARVALHO

Lisboa "limpa"

No último mês de Novembro, o Departamento de Higiene Urbana da Câmara de Lisboa, com os habituais apoios da polícia, desalojaram um acampamento cigano situado em baixo do viaduto do Eixo Norte-Sul. Quando regressaram, ao final da tarde, as pessoas que lá viviam foram surpreendidas por nada encontrar no local onde se iriam abrigar do frio, num dia em que a temperatura mínima registada foi de 8ºC. Dois meses após as eleições, António Costa parece ter esquecido da sua visão de Lisboa como "cidade solidária, que promove a igualdade de oportunidades e inclui os excluídos". Mais importante que a inclusão e a solidariedade parece ser a higiene urbana. Um acampamento precário onde, com pouco, se tenta combater o frio, é certamente um obstáculo à imagem "limpa" de Lisboa. Segundo a polícia municipal, o local foi encontrado "cheio de lixo diverso, nomeadamente colchões velhos, roupas imundas e fezes humanas". Um dos agentes esclarece "que os romenos pertencem à Comunidade Europeia. São pessoas que se levantam cedo e abandonam o local para se dedicarem à mendicidade em vários locais da cidade". É curioso que se levante a questão da nacionalidade, quando não foram identificadas pessoas no local, além do facto de o lixo aí encontrado ser um incómodo maior à polícia e à Câmara, ignorando por completo as pessoas que lá viviam.

Na onda do dinheiro

Decorreu, em Outubro, mais um campeonato de surf em Peniche. Com apoios da Câmara Municipal, esperar-se-ia que o evento fosse uma oportunidade de valorizar as praias locais, a natureza que as envolve e os locais que as utilizam. No entanto, e como vai sendo habitual nos eventos de um desporto que parece estar na moda, o dinheiro fala mais alto. E daí nasce a hipocrisia disfarçada de consciência.

É bem conhecida a importância das dunas enquanto ecossistema com uma dinâmica própria, que não só acolhem espécies únicas de vegetação como constituem umas das últimas áreas naturais em ambientes cada vez mais urbanizados. Durante o evento, ouvem-se vários avisos para não pisar as dunas, ao mesmo tempo que as enormes bancadas para a assistência estão montadas precisamente sobre as dunas, sendo a assistência formada pelos "chamados VIPs, que de surf não entendem népia". São os mesmos VIPs que se orgulham de fazer publicidade ao surf e ao lema "destrói as ondas, não as praias", e que no último Rip Curl Pro do ano passado não se deram ao trabalho de limpar a praia. Parece que a natureza e as ondas não são o mais relevante naquilo que é cada vez mais um evento social.

Quanto aos surfistas que usam e respeitam aquelas praias há anos, esses terão de dar lugar ao *crowd* que se instala. Seria natural empregar habitantes locais neste evento, contudo os colaboradores são de Lisboa ou Cascais. Para os organizadores e patrocinadores dar dinheiro aos penicheiros é impensável, porém já é aceitável destruir as praias que não são suas ou roubar a tranquilidade dos que lá vivem em nome do turismo e do dinheiro. Afinal quando o campeonato acabar estarão de bolsos cheios a quilómetros dali.

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 4
Dezembro 2013 / Janeiro 2014

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
Morada da redação: Rua Fran Paxeco, 176 r/c, 2900- Setúbal
Registo ERC: 126329

Diretor: Guilherme Luz
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Colaboram neste número com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão, Site e Distribuição:
M. Lima*, IA*, IX*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Artur Moreno*, José Carvalho*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, Samuel Buton, J. Barreira, José Smith Vargas*, Ana Rute Vila*, Cláudio Duque*, P.M*, Paulo, A.P, Ali Baba*, António José Costa Oliveira, Tomás Reis, Ana S. Moura, A., José Alberto, Camille, Fernando André Rosa, Julio Henriques, Loureiro da Costa, Zé Fernando, João Carvalho

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: bimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/JornalMapa2012
Twiter: twitter.com/jornalmapa

Depósito legal: 357026/13

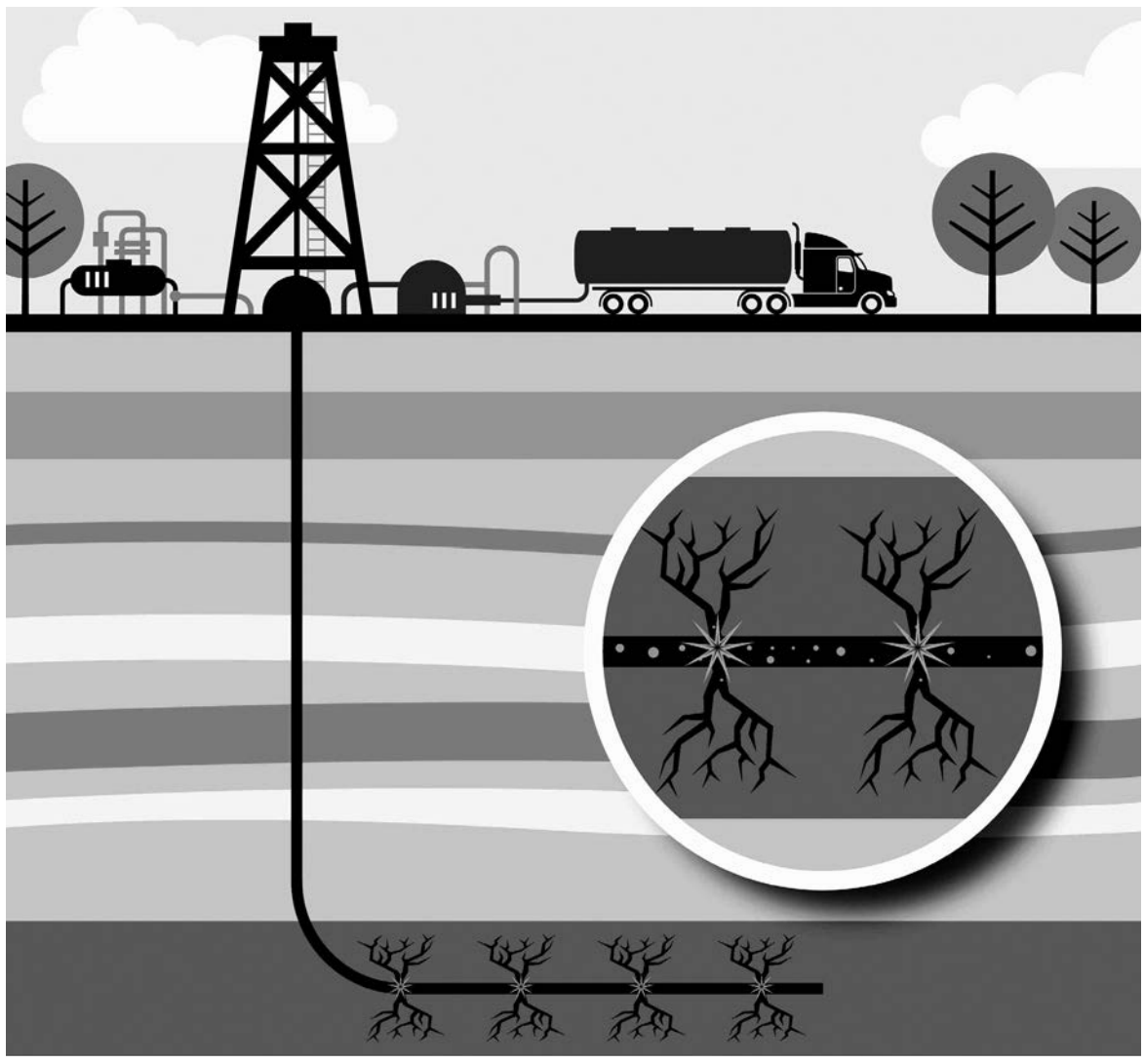
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Morada: Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, nº50 - Morelena 2715-029 Pêro Pinheiro - Portugal

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Gás de xisto. A elevada factura da fractura hidráulica

A revolução energética do gás de xisto anuncia lucros fabulosos às multinacionais petrolíferas. Surgem na crise como a grande saída económica, mas o secretismo é a alma do negócio. A sua exploração por fractura hidráulica comprovou ter perigosas implicações ambientais e na saúde pública. Em Portugal, da região oeste à costa vicentina, de Alcobaça ao Barreiro, o estado português hipotecou já milhões de hectares a troco de uma factura demasiado alta.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT



Fractura hidráulica (em inglês *fracking*) é um processo utilizado com vista à obtenção de maior produção de um poço (perfuração horizontal) com a propagação de fracturas numa camada de rocha causada pela presença de líquidos pressurizados

Boa parte do futuro do planeta joga-se na questão da crise energética. Em seu torno ficou conhecida a teoria do Pico do Petróleo, que proclamou o inevitável declínio da produção viável de petróleo, com consequências na "geo"política. Um cenário inerente às crises da economia do mercado e que traduz o colapso da ideia de bem-estar generalizado das sociedades industrializadas. Dependendo de um constante fornecimento de petróleo barato e equacionando um sentido de desenvolvimento à medida do aumento exponencial do consumo energético, foram apresentadas uma série de alternativas energéticas e novos recursos fósseis. Mas o que se observa é que persistem sacrossantos os mesmos princípios: que sejam abund antes e fáceis de conseguir e sem olhar a impactos; que garantam o combustível necessário para manter inquestionável o modo de vida industrializado em crescendo. E este é cada vez mais acelerado, global e voraz.

GÁS DE XISTO

É neste contexto que surge o gás de xisto. A partir dos hidrocarbonetos incrustados nas rochas, a sua exploração começou a ser implementada em larga escala nos EUA, em 2007/ 2008. Não é por mero acaso que coincide com o anúncio da crise financeira mundial.

A grande controvérsia do gás de xisto surge do seu modo de extração: a chamada fractura hidráulica (*fracking*). Processo utilizado com vista à obtenção de maior produção de um poço (perfuração horizontal) com a propagação de fracturas numa camada de rocha causada pela presença de líquidos pressurizados. Ou seja, a injecção de milhões de litros de água, areia e uma mistura de centenas de detergentes químicos, que fracturam a rocha para extracção do gás. Mas há dois grandes problemas: a infiltração e contaminação química nos aquíferos e subsolo; e o potenciar de terramotos.

Falamos de tão grandes níveis de contaminação que levam a que em tais águas chegue a ser possível acender fogo, de tal forma viraram combustível. Falamos de riscos para a saúde e para o ambiente, incalculáveis na sua dimensão, pois a fórmula dos químicos usados na fractura hidráulica não é revelada, alegando uma política de patentes. Mas entre as substâncias conhecidas, estão elementos cancerígenos como o benzeno, a nafta ou o chumbo, etilenoglicol, etc. E para lá dos gastos gigantescos num contexto de escassez, a água retirada durante o processo acaba despejada em áreas sem qualquer impermeabilização, infiltrando-se de novo ou evaporando-se na atmosfera. Juntando-se às substâncias cancerígenas e neurotoxinas evaporadas na extracção; à emissão de metais pesados e à libertação de metano, um gás 25 vezes superior ao do CO2, de enorme impacte no efeito de estufa, e resultando na morte da fauna e ecossistemas envolventes.

Já o comentador de assuntos económicos Francisco Sarsfield Cabral, em Março de 2013, dava conta de outros receios à Rádio Renascença: como "na região holandesa de Groningen, onde se situa a maior jazida de gás natural da Europa, as populações receiam que o *fracking*, ali utilizado, aumente os tremores de terra que por lá se sucedem." Um artigo do Instituto Carbono Brasil, com base numa investigação da Universidade de Colúmbia, exemplificava como pelo menos 109 terramotos foram registados na cidade de Youngstown (Ohio), num período de apenas 14 meses. Não havia registos anteriores de abalos sísmicos na área e estes teriam começado somente 13 dias após o início da exploração do gás de xisto na região.

É neste cenário de risco que os EUA esperam transformar-se no maior produtor mundial de gás em 2015 e o maior produtor de petróleo em 2017. Segundo a Agência Internacional de Energia, citada pelo Le Monde Diplomatique, a alta programada para a produção de hidrocarbonetos passaria de 84 milhões de barris / dia em 2011 para 97 milhões em 2035, à conta "inteiramente dos gases naturais líquidos e dos recursos não convencionais": o gás e o óleo de xisto. Dados que devem ser vistos com reserva, uma vez que são formulados pelas instâncias petrolíferas. A manipulação dessas previsões não é isenta de especulação financeira, criando, a nível das energias fósseis, o mesmo ilusionismo financeiro que levou antes a banca mundial a desenhar os diversos cenários das crises em que vivemos. E neste caso, aproveitando o panorama da crise para anunciar o gás de xisto como a saída para a economia, omitindo ou justificando todos os riscos associados, como se de um mal menor se tratasse.

Isso não significa que o perigo não seja conhecido, mesmo que não haja qualquer legislação que exija estudos de impacte ambiental. E se países como a China ou a Polónia (com grandes reservas calculadas de gás de xisto) estejam a investir na exploração, outros como França, Bulgária, África do Sul, Austrália, algumas regiões da Alemanha e da Suíça, e mesmo nalguns estados dos EUA, têm vindo a colocar limites à fractura hidráulica.

EM PORTUGAL

Em Portugal a procissão ainda vai no adro. António Mexia, o líder da EDP detida pelo estado Chinês, fez eco das reivindicações das grandes empresas europeias do sector energético (Iberdrola, Gas Natural Fenosa, Enel, ENI, GDF Suez, RWE, E-ON, Gasterra, Vattenfall e CEZ Group), exigindo uma série de reformas. Segundo o jornal i, António Mexia, reclamava em Outubro não haver na Europa "uma política integrada para o *shale gas* [gás de xisto] e há até países que proibiram a exploração de *shale gas*". Daniel Gros, director do Centro de Estudos Políticos Europeus, respondia nesse mesmo mês no Jornal de Negócios, apontando as diferenças entre a Europa e os EUA: desde logo, por não haver na União Europeia nenhuma autoridade para o desenvolvimento do gás de xisto, regulamentado a nível nacional. E reconhecendo "que os europeus são muito sensíveis às questões ambientais", lamentava que "na Europa, o fenómeno *Nimby* («not in my backyard», que significa "não no meu quintal") é um obstáculo muito maior que nos Estados Unidos". Prosseguia, indicando a diferença, segundo a qual "os direitos de propriedade sobre os recursos naturais nos Estados Unidos pertencem ao proprietário do terreno debaixo do qual se encontram os recursos, na Europa a propriedade pertence ao Estado (…), como resultado, os europeus, enfrentando consequências ambientais imprevisíveis sem receber nada das receitas, tendem a opor-se à fracturação hidráulica próxima de si. Pelo contrário, nos Estados Unidos, os residentes locais beneficiam muito da possibilidade de vender os seus direitos às empresas de gás – um forte contrapeso para os receios com os custos ambientais." Ainda segundo este analista europeu, a menoridade dos custos ambientais face a esse "forte contrapeso" não teria a mesma medida na Europa por via desses "direitos de propriedade". Nessas incertezas económicas, as implicações ambientais são tidas

> "O ambiente propício da crise determina, em boa parte, esse quase silêncio. O argumento economicista ofusca, uma vez mais, as questões ambientais e sobre a verdadeira sustentabilidade dos territórios"

NOTÍCIAS À ESCALA

ANA S. MOURA

apenas ao nível do obstáculo ao investimento e levam Daniel Gros a conclui que "a melhor opção para a Europa pode ser esperar e deixar que o mercado funcione". Já o presidente da Endesa em Portugal e ex-secretário de Estado da Energia, Nuno Ribeiro da Silva, lembrava ao Dinheiro Vivo outra explicação para as opções europeias, ou como "a Europa está entalada" por via dos gasodutos de gás natural já investidos e os "contratos de longo prazo com a Nigéria e Argélia [por via das petrolíferas] que têm de ser pagos mesmo que não se levante o gás todo".

A verdade é que o mercado não espera. Em Maio de 2011, segundo promovia o Expresso, a Schlumberger, uma das maiores empresas de engenharia de Oil & Gas no mundo, destacava a bacia portuguesa "onshore" e "offshore". Razão porque a empresa norte-americana Mohave Oil and Gas Corporation, da Porto Energy Corporation, opera em Portugal desde há 20 anos na prospecção de petróleo e de gás: seja "onshore" (em terra, em Aljubarrota, Rio Maior e Torres Vedras), seja "offshore" (no mar, ao largo de São Pedro de Moel e Cabo Mondego).

> "A grande revolução energética do gás de xisto não resulta em nenhuma saída sustentável ao descalabro consumista das actuais sociedades industriais. Apenas pretendem optimizar a margem de lucro da restrita teia das multinacionais"

Até finais de 2006, apenas essa multinacional operava em Portugal, explorando a Bacia Lusitânica desde o Cabo Mondego até Torres Vedras, mas em 2007 foram assinados 12 novos contratos com o estado português, incluindo novas concessões nessa área com a Mohave. O consórcio da brasileira Petrobras, com as portuguesas Galp e Partex (empresa da Fundação Calouste Gulbenkian), obtém a concessão da bacia de Peniche. Na bacia "offshore" do Alentejo – costa vicentina em particular – o consórcio coube à Hardman / Galp / Partex, o qual transita em 2010 para o consórcio Petrobras / Galp. A exploração da bacia do Algarve é adjudicada à espanhola Repsol em parceria com a alemã RWE, vindo posteriormente a ser igualmente participada pela Partex e, em contrapartida, o grupo espanhol entra na exploração de Peniche.

Portugal ainda está, assim, no início. Nesta última década, o maior destaque e investimento incidiu nesse âmbito na região Oeste (Bacia Lusitânica). As cerca de 23 perfurações feitas pela Mohave, que levantaram alguns protestos e preocupações devido à proximidade dos poços em relação à vila e mosteiro de Alcobaça, levaram que, por agora, se fechassem os poços, sabendo-se apenas que são "economicamente não viáveis", apesar de em furos de 3,240 metros terem sido registados colunas de gás e areias de petróleo.

Isso não significa o abandono ou desistência da região. Nos concelhos do Bombarral, Cadaval e Alenquer, a Galp Energia prossegue, em parceria com a Mohave, a exploração petrolífera no "onshore" português. "Empenhada em reforçar a sua estratégia, como se pode verificar pela opção de se tornar operadora na concessão Aljubarrota-3", afirmou o seu presidente executivo Manuel Ferreira de Oliveira em declarações ao Dinheiro Vivo, sendo que "isso não significa que a exploração de gás de xisto seja viável nessa concessão".

Por fim, em Fevereiro de 2013, a Direcção Geral de Energia e Geologia concedeu a exploração de gás e petróleo na margem sul do Tejo, até 2021, à canadiana Oracle Energy Corporation. O concelho do Barreiro foi anunciado como o ponto de partida, assim como vários locais da Península de Setúbal. Esta nova área da Bacia Lusitânica, na sua quase totalidade de exploração em terra, é uma vez mais feita em parceria com a Mohave, a qual só por si detém uma área de aproximadamente 1,3 milhões de hectares contíguos a esta nova frente de exploração.

O entusiasmo, na actualidade, parece efetivamente ter transitado da região Oeste para as zonas mais a Sul. Segundo a apresentação da estratégia de negócio da Galp até 2017: "neste momento, nesta fase dos estudos geológicos, a probabilidade de investimento seria mais na bacia do Alentejo do que na bacia de Peniche", assumindo que "Portugal é um investimento de risco. Ou tem sucesso ou não tem e até ao final deste ano tomamos a decisão de perfurar ou não um poço em 2014 e tanto podemos avançar como podemos devolver a concessão ao Estado", até porque prosseguem pela Galp investimentos mais animadores em recentes descobertas no Brasil e em Moçambique.

Neste cenário corporativo, maior entusiasmo demonstrou o presidente da Partex, António Costa e Silva, ao Dinheiro Vivo em Outubro passado, acerca deste novo mercado mundial de energia: "É um impacto brutal e uma mudança geopolítica impressionante. E agora até estão a produzir petróleo de xisto, o que fez a produção diária crescer um milhão de barris. Foi a maior do mundo". Logo secundado pelo presidente da Endesa Nuno Ribeiro da Silva, acalmando as hostes ambientalistas: "Há situações em que há riscos, e situações em que ele não existe, mas o gás de xisto não é o papão". Mas não sem deixar de aconselhar que a um "mapeamento das zonas do país onde há condições geológicas para a existência de gás e petróleo de xisto" haveria que "cruzar essas zonas com os aquíferos e com as zonas de instabilidade sísmica"…

NOTÍCIAS À ESCALA

EM OPOSIÇÃO

A passagem do filme Terra Prometida (2012) do realizador Gus Van Sant, em torno de uma povoação confrontada com a exploração do gás de xisto, dava o mote na Casa Viva no Porto, em Novembro passado, para questionar essa "miragem de uma espécie de terra de abundância, vislumbrando aquilo que chamam a «independência energética»": Que Abundância? Que Terra? Que Energia? Que Futuro?

O assunto tem sido, desde Novembro, de 2012, alvo de divulgação por parte das iniciativas *Gasnaturalnao* e *Tar Sands day* – alimentando o blog *gasnaturalnao.wordpress* – assumindo um esforço não para "ter reuniões com as corporações ou com a classe politica", mas para "levar os cidadãos locais a investigar o comportamento das corporações nas suas localidades e agir em conformidade". Um ano depois, o Bloco de Esquerda e Os Verdes manifestam-se contra a fracturação hidráulica, propondo estes últimos a 11 de Outubro uma moratória à exploração de gás de xisto.

Uma reflexão no blog *gasnaturalnao*, ilustrava, a este propósito, como "os dias de hoje em Portugal são uma cópia dos anos 80, temos uma coligação de direita liberal cristã, encontramo-nos sobre leis do FMI, o apoio político nacional e europeu às corporações de petróleo estão protegidas como nos anos 80, e as «necessidades sociais e políticas» são iguais. O investimento do governo nas instalações saiu caro aos povos e depois foram privatizadas, estando hoje ao serviço da nova aposta petroquímica nacional e internacional na exploração de petróleo e gás natural em Portugal. As lutas, soluções, lobbing e as políticas dos partidos de hoje são iguais às dos anos 80. A direita alimenta-se da crise e abre portas a multinacionais mundiais e vende acres de chão e mar para lucro corporativo. A esquerda, utilizando o trabalho, não ataca a exploração mas sim o fim dos lucros". Ao facto de pouco se falar sobre os negócios petrolíferos na esfera politica, junta-se o débil debate que apenas agora se inicia no meio ambientalista.

O ambiente propício da crise determina, em boa parte, esse quase silêncio. O argumento economicista ofusca, uma vez mais, as questões ambientais e sobre a verdadeira sustentabilidade dos territórios, completamente menorizados ou ultrapassáveis, pois enquanto se continue a acreditar "nas boas intenções das corporações, que hajam grupos ambientalistas que se sentem à mesa, que aceitem percentagens, limites de poluição, que se troque apoio social com destruição ambiental nada vai mudar" acentua o blog *gasnaturalnao*. No entanto, em Espanha e no resto do mundo, a luta contra a fracturação hidráulica é hoje um campo de vitalidade e de esperança numa mudança. As mobilizações de assembleias populares, por exemplo na região espanhola de Burgos, vão impondo alguns travões por via da auto-organização, levando atrás declarações dos municípios contrários à implementação da indústria do gás de xisto, numa postura informada diametralmente oposta ao que assistimos em Alcobaça, Caldas da Rainha ou Torres Vedras. Já no âmago do *fracking*, como no Canadá em Outubro passado, incendiaram-se as ruas num violento grito de protesto face à destruição humana e da natureza implícita à fracturação hidráulica.

> A grande controvérsia do gás de xisto surge do seu modo de extração: a chamada fractura hidráulica (fracking). Processo utilizado com vista à obtenção de maior produção de um poço (perfuração horizontal) com a propagação de fracturas numa camada de rocha causada pela presença de líquidos pressurizados.

REVOLUÇÂO ENERGÈTICA?

Concluindo, a grande *revolução energética* do gás de xisto não resulta em nenhuma saída sustentável para o descalabro consumista das actuais sociedades industriais. Apenas pretende optimizar a margem de lucro da restrita teia das multinacionais, com o despudor de acentuar os riscos ambientais do planeta. A persistente noção de como o nosso modo de vida industrializado depende constantemente do fornecimento de petróleo barato, leva a que quaisquer oposições coerentes a estas *revoluções energéticas* apenas possam ter lugar num âmbito diametralmente oposto a esse modo de vida.

E nas últimas décadas um conjunto de movimentos – do decrescimento, iniciativas de transição ao anti-desenvolvimento e de crítica civilizacional – vêm apontando não uma solução imediata, mas um conjunto de rumos para levar a cabo modos de vida menos dependentes de recursos energéticos e maior resiliência. Este último conceito, oriundo da ecologia, significa precisamente a capacidade de um sistema restabelecer o equilíbrio após ter sido rompido por um distúrbio. Diferindo de resistência, enquanto capacidade de manter a mesma estrutura, mas antes como uma capacidade de reformulação radical dos seus princípios. Esse alerta à actual dependência do petróleo (transportes, produção industrial e alimentar, infra-estruturas, etc.) implica, assim, um sentido de ruptura que não será fácil. Pelo que a necessária conflituosidade, capaz de deitar por terra os alicerces do sistema, passa no âmbito energético não apenas por apontar alternativas aos recursos fósseis, como o gás de xisto, mas em apontar alternativas aos princípios e à natureza da sua exploração capitalista.

A fractura hidráulica é um processo altamente perigoso pela infiltração e contaminação química nos aquíferos e subsolo, e pelo aumento de risco de terramotos

NOTÍCIAS À ESCALA

O País às escuras

Contar a história da EDP é contar, em parte, a história deste país. Uma história de "desenvolvimento" em que o "progresso" se impôs ao território, à natureza, como às gentes e à sua vida. Como daí resultam os exorbitantes salários de gente rica como um Mexia, ou de como estes os ganham à conta de se apagarem as luzes dos habitantes do Bairro do Lagarteiro, no Porto, precisamente no mesmo dia em que foi anunciado um lucro de 792 milhões de euros.

JÚLIO SILVESTRE
JULIOSILVESTRE@JORNALMAPA.PT

A história do Grupo EDP remonta à construção das primeiras barragens em Portugal para produção de energia eléctrica e, por conseguinte, à destruição de terras de cultivo, rios e paisagens naturais únicas, culminando com a submersão de aldeias históricas, apagando os costumes, as tradições e o modo de vida de quem vivia nesses lugares. O aproveitamento e armazenamento de água para produção de energia em larga escala esteve associado desde o início às políticas de "desenvolvimento" do Estado português, ignorando os problemas sociais e ambientais das populações directamente afectadas. Os habitantes desses lugares foram sempre vistos como um encargo ou como mão-de-obra barata, utilizada nessas mesmas construções. Apresentado como inquestionável, o "progresso" continuamente apregoado pelo Estado Novo e pelos sucessivos governos da Democracia, revelou-se um mito para quem teve de ser deslocado, realojado, ou em muitos casos emigrar. Um desses exemplos foi a construção da barragem de Vilarinho da Furna nos anos 70, em que a pequena aldeia de Terras de Bouro, localizada na serra da Peneda-Gerês, foi totalmente submersa pela barragem, apagando a riqueza etnográfica e as suas tradições comunitárias únicas. Outro exemplo mais recente foi a construção da barragem de Alqueva, no Alentejo, onde a antiga aldeia da Luz foi também desmantelada e submersa.

A construção de grandes aproveitamentos hidroeléctricos foi iniciada a partir de parcerias entre o Estado e as maiores empresas eléctricas do país, através da participação em capitais mistos e da exploração de recursos naturais, à revelia da vontade e da opinião das populações. No início da década de 70, o Estado português patrocina a fusão de todas as companhias do sector da electricidade, criando a CPE (Companhia Portuguesa de Electricidade), passando a ter um controlo directo sobre os maiores centros de produção e distribuição[1]. A CPE é nesta altura detentora de quase toda a rede de transporte em Alta Tensão e representa mais de 90% de toda a energia produzida no país. Em Junho de 1976 é constituída a empresa pública EDP (Electricidade de Portugal), resultando da nacionalização das maiores empresas produtoras e distribuidoras de energia eléctrica, ao mesmo tempo que se determinava que todo o sector, incluindo pequenos concessionários, federações de Municípios, serviços Municipalizados, entre outros, fossem gradualmente integrados na EDP. A monopolização do sector energético revelou desde sempre as suas contradições. Se por um lado só assim foi possível levar a electricidade a outras paragens, nomeadamente a zonas rurais longínquas, através da harmonização das tarifas, por outro, verificou-se que as zonas mais afectadas pelas barragens não obtiveram qualquer recompensa ou benefício pelos prejuízos causados, aumentando inclusive, em alguns casos, o valor das tarifas até então praticadas. Não obstante, a distribuição alargada de energia eléctrica no país, foi desde o seu início motivada em primeira linha pelo desenvolvimento da indústria.

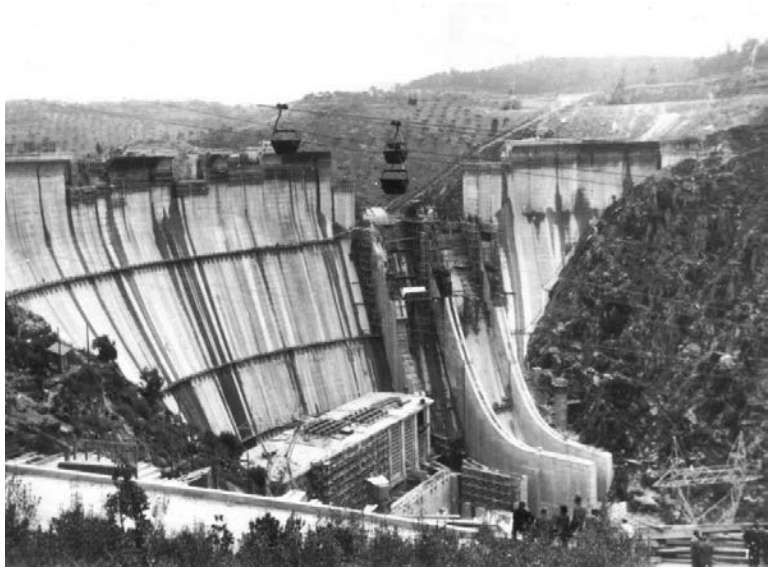
Em 1991, pelas mãos do então primeiro-ministro Cavaco Silva, a EDP é transformada em sociedade anónima, nascendo em 1994 o Grupo EDP. Poucos anos depois inicia-se a primeira fase de privatização da empresa, passando a ser privado 30% do seu capital. Neste processo a empresa reduz milhares de trabalhadores pela via da reforma antecipada e da rescisão de contrato por "mútuo acordo", encerram-se delegações, transferem-se e concentram-se trabalhadores. Inicia-se simultaneamente a subcontratação alargada, fazendo descer exponencialmente os salários dos trabalhadores subcontratados e generalizando-se a precariedade nas condições de trabalho e segurança. Foram já denunciados casos graves de irregularidades e anomalias em obras de construção e manutenção [2], aumentando a frequências dos acidentes no trabalho. Desde essa altura, até ao presente, contam-se já as dezenas de operários mortos em obras da EDP, tal como aconteceu em 2012 no início das obras da Barragem de Foz Tua.

> A construção de grandes aproveitamentos hidroeléctricos foi iniciada a partir de parcerias entre o Estado e as maiores empresas eléctricas do país, através da participação em capitais mistos e da exploração de recursos naturais, à revelia da vontade e da opinião das populações

As restantes fases de privatização da empresa aconteceram até 2012, ano em que o Estado português vende a sua posição de 21,35% à empresa estatal chinesa Three Gorges, a qual foi responsável pelo desalojo de mais de um milhão de pessoas, sem direito a qualquer indemnização ou realojamento, na construção da barragem das "Três Gargantas" sobre o rio Yangtzé[3], na China.

Durante estes anos foram diversos os episódios, quase pornográficos, de influências e compadrio entre a EDP, partidos políticos, governo e banca, ilustrando as figuras e os agentes que continuam a corromper o país.

NOTÍCIAS À ESCALA



Obras de construção da Barragem de Castelo de Bode, localizada na bacia do rio Zézere. Foi construida entre 1945 e 1951.

No dia 31 de Outubro técnicos da EDP acompanhados por mais de 40 polícias cortaram a luz em 13 blocos do bairro do Lagarteiro, no Porto. No mesmo dia tinha sido anunciado um lucro de 792 milhões de euros obtidos entre Janeiro e Setembro pela EDP.

José Sócrates, antigo primeiro-ministro, na sua diligência para fomentar o "Capitalismo Verde" em Portugal, oferece rendas exorbitantes à EDP para conversão de energia éolica em energia eléctrica, ao mesmo tempo que subsidia empresas privadas para instalação de parques eólicos. O insidioso argumento da energia "limpa" e renovável" tem poluído montanhas e vales de Norte a Sul, aumentado o preço da energia e os lucros dos investidores. Eduardo Catroga, antigo ministro das finanças, é nomeado para presidente do Conselho de Supervisão da EDP, tendo participado enquanto ministro nas negociações com a Troika, as quais determinaram a fase final de privatização da empresa. António Mexia, actual presidente do Conselho de Administração da EDP, foi vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo entre 1992 e 1995, seguindo-se os cargos de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Galp Energia, funções que acumulou com a Presidência do Conselho de Administração da Gás de Portugal, da Transgás e da Transgás Atlântico. Foi nomeado em 2004, por Pedro Santana Lopes, a Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Recebeu em 2012 um total de 3,1 milhões de Euros, o equivalente a 6391 salários mínimos nacionais[4].

> No mesmo dia em que vários meios de comunicação anunciaram o lucro de 792 milhões de euros, obtido de Janeiro a Setembro, pela EDP, dezenas de pessoas, no bairro do Lagarteiro no Porto, ficam sem electricidade.

No mesmo dia em que vários meios de comunicação anunciaram[5] o lucro de 792 milhões de euros, obtido de Janeiro a Setembro, pela EDP, dezenas de pessoas, no bairro do Lagarteiro no Porto, ficam sem electricidade. Técnicos da empresa, acompanhados de enorme aparato policial, dirigiram-se ao bairro para cortar o fornecimento de energia, alegadamente por ligações indevidas e falta de pagamento. Tanto a polícia, como os funcionários, como os responsáveis locais da EDP, ignoraram por completo o facto de em muitas dessas casas viverem crianças, idosos, pessoas com deficiências e doentes. É óbvio que para a EDP, a vida das pessoas pouco conta, na corrida constante para multiplicar os lucros dos seus accionistas e para expandir o seu monopólio, criado como já foi demonstrado, pela constante intervenção do Estado na gestão do território, dos recursos e da vida das pessoas. Quando se verifica que a história do Grupo EDP é um contínuo amontoado de expropriações, roubos aos consumidores, aos trabalhadores, ao património; quando as decisões políticas e financeiras mostram todos os dias a indissociável promiscuidade do poder e a permanente humilhação de quem é governado, qual o sentido da legalidade para quem não tem outra alternativa senão perecer ou viver na escuridão?

1. O Estado na Electrificação Portuguesa, tese de doutoramente de João Figueira, Univerisade de Coimbra, 2012

2. Jornal de Negócios, http://goo.gl/HoazNu

3. Comunicado da Amnistia Internacional: http://goo.gl/sXSvyi

4. Diário de Notícias, http://goo.gl/wWLKLz

5. Jornal Público, http://goo.gl/cT9ASj

Vilarinho da Furna foi uma aldeia da freguesia de S. João do Campo, situada no extremo nordeste do concelho de Terras de Bouro, na serra da Peneda-Gerês. A aldeia foi destruida com a construção da barragem que viria a ter o seu nome, e as suas ruínas encontram-se desde então submersas nas águas represadas do rio Homem.
Miguel Torga visitou a aldeia nas vésperas desta ser inundada, descrevendo-a assim no seu diário:
«Gerês, 6 de Agosto de 1968 — Derradeira visita à aldeia de Vilarinho da Furna, em vésperas de ser alagada, como tantas da região. Primeiro, o Estado, através dos Serviços Florestais, espoliou estes povos pastoris do espaço montanhês de que necessitavam para manter os rebanhos, de onde tiravam o melhor da alimentação — o leite, o queijo e a carne — e alicerçavam a economia — a lã, as crias e as peles; depois, o super-Estado, o capitalismo, transformou-lhes as várzeas de cultivo em albufeiras — ponto final das suas possibilidades de vida. E assim, progressivamente, foram riscados do mapa alguns dos últimos núcleos comunitários do país. Conhecê-los, era rememorar todo um caminho penoso de esforço gregário do bicho antropóide, desde que ergueu as mãos do chão e chegou a pessoa, os instintos agressivos transformados paulatinamente em boas maneiras de trato e colaboração. Talvez que o testemunho de uma urbanidade tão dignamente conseguida, com a correspondente cultura que ela implica, não interesse a uma época que prefere convívios de arregimentação embrutecida e produtiva, e dispõe de meios rápidos e eficientes para os conseguir, desde a lavagem do cérebro aos campos de concentração. Mas eu ainda sou pela ordem voluntária no ócio e no trabalho, por uma disciplina cívica consentida e prestante, a que os heréticos chamam democracia de rosto humano. De maneira que gostava de ir de vez em quando até Vilarinho presenciar a harmonia social em pleno funcionamento, sem polícias fardados ou à paisana. Dava-me contentamento ver a lei moral a pulsar quente e consciente nos corações, e a entreajuda espontânea a produzir os seus frutos. Regressava de lá com um pouco mais de esperança nos outros e em mim.[1]»

1. Miguel Torga, Diário XI

>> Na página 22 deste MAPA podes ler um artigo sobre o documentário feito por António Campos onde ficou registada parte da memória desta aldeia, meses antes de ser submersa.

PONTOS NO MAPA

A higiene dos mercados

Quando a crise sai à rua, as cidades parecem estar condenadas à ruína. Salvo escassas exceções, as ruas que prosperavam com o comércio de rua, as feiras e os mercados, não passam hoje de recantos nostálgicos. Afinal, parece que se tornou mais fácil estacionar num lugar onde o carrinho das compras chega ao porta-bagagens. Se em Lisboa surgem centros comerciais cada vez mais afastados do centro, as cidades e vilas do resto do país definham na sombra dos novos espaços comerciais. Perante uma situação tão evidente, levantam-se questões sobre a extensão da crise económica: como se explica a prosperidade de exceção?

TOMÁS REIS
T.DELGADO.REIS@GMAIL.COM

SAMUEL BUTON

As compras feitas num hipermercado revertem a favor de uma grande empresa que provavelmente não reinvestirá as divisas na comunidade local. Simultaneamente, as grandes empresas têm a possibilidade de se aliarem em grupos económicos bastante influentes. Veja-se o exemplo do grupo Sonae, cujo império impressiona, quando uma parte do espaço publicitário da RTP é usado para transmitir anúncios dos seus supermercados Continente. Este grupo detém ainda o jornal Público, a Zon multimédia, a rede móvel Optimus, as lojas Worten e Zippy, numerosos centros comerciais como o Colombo, os ginásios Solinca, os hotéis em Tróia, a agência de viagens Star ou as fábricas da Sonae Indústria. A posição que o grupo mantém em vários ramos pode ser vantajosa pelos benefícios mútuos.

Enquanto se assiste à falência em catadupa da economia local, as relações de vizinhança e as restantes organizações locais ficam comprometidas. O fim da detenção local dos meios de produção e distribuição, para além de comprometer a soberania local, enfraquece as comunidades.

Para além do serviço à comunidade, convém sublinhar que a compra de produtos locais estimula a diversidade e aumenta a liberdade de escolha. A proximidade pode ainda possibilitar hábitos de vida saudáveis, a alimentação equilibrada, a caminhada na rua e o usufruto de um ambiente mais humano, onde as ruas têm vida e as pessoas se conhecem.

(DES)REGULAÇÃO ECONÓMICA

Segundo Paul Krugman, prémio Nobel da economia, quanto maior é uma economia, mais esta beneficia da economia de escala, uma vez que os custos médios serão menores. De igual modo, quando maior for a empresa, menor é o custo unitário dos seus produtos, facilitando a sua expansão do mercado. Conseguirá o Estado regular esse desequilíbrio?

Sucessivos governos esforçaram-se por criar condições iguais para os agentes do mercado. O alargamento do horário dos supermercados nas tardes de domingo é um desses exemplos. Trata-se de uma medida aprovada pelo governo de José Sócrates em 2010. No entanto, as condições tornam-se desiguais para os agentes económicos. As grandes superfícies, contando com mais recursos humanos, têm maior facilidade em manter o horário alargado.

Outra medida polémica tem sido o aumento do IMI, que tem sido uma das receitas da austeridade. Muitas das pequenas lojas que sobreviviam com rendas baixas, correm agora o risco de cessar a atividade.

Entretanto, os dados estatísticos mostram o crescimento das grandes empresas. Na distribuição alimentar, por exemplo, o *share* das grandes cadeias não pára de aumentar. Segundo o *ranking* da APED, em 2009 e 2010, os supermercados Pingo Doce e Continente aumentaram o volume de negócios 11% e 4% respetivamente (um crescimento bastante superior ao do PIB, em igual período). No que diz respeito às vendas, estima-se que, em 2009, apenas 12% das compras fosse feita nas lojas de comércio tradicional. Desde 1985, ano de abertura do primeiro hipermercado Continente, estima-se que tenham fechado 12000 lojas em Portugal.

SANEAR O MERCADO

As grandes empresas inserem-se grupos económicos influentes, que se afiguram como maiores exportadores, maiores empregadores, maiores investidores estrangeiros ou maiores mecenas culturais, sendo por isso aclamados pelos *media* e pela opinião pública. O passo seguinte é dado pelos governos nacionais (e a comissão europeia), que recorrem a todo o tipo de mecanismos para destruir a economia local.

Muitos produtores locais e pequenos comerciantes têm falido por não poderem acompanhar as leis normalizadoras. Um dos exemplos mais flagrantes dessa realidade é a calibração da fruta, que arruinou inúmeros pequenos produtores em Portugal. Mas se assim é, então o que dizer das regras santirárias que têm atirado pequenos restaurantes à falência? Deverá um pequeno café de bairro munir-se de colheres de cores diferentes para a confeção de diferentes tipos de alimentos, tal como acontece nos restaurantes de estrelas Michelin?

A perseguição da economia local é feita não só ao nível da União Europeia, mas também localmente. A corrida ao espaço de venda dos mercados municipais é disso exemplo: muitos têm sido encerrados e convertidos para outros fins. Noutros casos, os mercados são compulsivamente encerrados para obras de iniciativa camarária, cuja fatura recai sobre as rendas do aluguer dos espaços, que em alguns casos pode quintuplicar. Muitos vendedores de peixe e legumes vêm-se incapazes de pagar as novas rendas, desistindo da atividade.

O mercado do Chão do Loureiro, no bairro histórico da Mouraria, alvo de obras do município, foi totalmente ocupado por um parque de estacionamento, um supermercado Pingo Doce e um terraço com um bar panorâmico que foi amplamente divulgado nas revistas e nos jornais, como sendo um dos melhores espaços recentemente inaugurados em Lisboa. Mas os vendedores de produtos locais, esses nunca voltarão.

CAPITALISMO VERDE

Mesmo quando as comunidades locais desesperam, a imagem das grandes superfícies é meticulosamente gerida. Organizam-se piqueniques no centro da cidade, que pretendem mostrar o país rural, mostrando a preocupação dos supermercados com os pequenos produtores e a defesa da tradição. Na televisão passam anúncios com as belas paisagens das cidades onde se inauguram novos supermercados. Por vezes, até os próprios supermercados ostentam, na entrada, uma imagem da cidade ou vila das redondezas. De facto, não há comércio mais local que aquele que é feito no supermercado.

Um dos elementos mais habituais na retórica das grandes superfícies é, certamente, o discurso ecológico. É nesse sentido que os centros comerciais se revestem de cartazes elogiando as qualidades ambientais do edifício e um estilo de vida sofisticado. Um centro comercial pode estar longe da cidade e ser apenas acessível de automóvel, mas o seu ar condicionado é ecológico. Não deixa de ser uma preocupação pertinente, quando o comércio ao ar livre é a alternativa.

> Enquanto se assiste à falência em catadupa da economia local, as relações de vizinhança e as restantes organizações locais ficam comprometidas.

Para além do *marketing*, importa aferir as alterações que as grandes superfícies comerciais fazem, por exemplo, ao nível da mobilidade, da gestão dos desperdícios, ou mesmo o ciclo de vida dos objetos comercializados. Um exemplo alarmante da insustentabilidade ambiental e social das grandes superfícies são os dados da Deco Proteste, que atestam que os supermercados geram 30% do desperdício alimentar em Portugal.

Recentemente assistiu-se a uma reapropriação do comercio de rua. Em Lisboa abriram lojas, em zonas como o Príncipe Real, Telheiras ou Belém. Há que distinguir, porém, a extensão desta vaga. Será um fetichismo abastado e um nicho de mercado? Ou, pelo contrário, trata-se de uma redescoberta da vida de rua, algo que vai perdurar e devolver às comunidades a vida de outrora? Só o futuro o dirá.

Há uma história *queer* em Portugal?

Contributos para uma história da sexualidade militante no período da democracia, desenhada a partir de Lisboa.

25 de Abril de 2012 - Bloco *queer* nas comemorações do 25 de Abril em Lisboa. Nesse dia é ocupado um imóvel municipal na Rua de São Lázaro em solidariedade com a reocupação da Es.Col.A da Fontinha no Porto

FERNANDO ANDRÉ ROSA
HISTORIAQUEER@GMAIL.COM

É com ambição que nos lançamos neste propósito: organizar os traços principais de uma história da sexualidade militante em Portugal, no período da democracia, a partir da qual construir uma posição *queer*. Por *queer*[1] entendemos tudo aquilo, aqueles, que herdeiros do património imenso do feminismo, da revolta LGBT e da revolução sexual, se colocam em confronto com os dispositivos opressores, seja o casamento ou a escola, o trabalho ou a família. Por erótico - ou sensual ou desejo ou sexual - designamos o universo do toque e do olhar e seus imaginários assistentes. Numa frase, queremos que *queer* seja o termo que reivindica uma dimensão política para o erótico, nomeada por aqueles que o apreendem enquanto zona de guerra anticapitalista e contra o Estado.

PARA UMA PRÉ-HISTÓRIA FEMINISTA.

Para pensar a história da sexualidade em Portugal temos de começar pela história do feminismo. Talvez o momento mais emblemático desta luta seja a "queima de soutiens" no Parque Eduardo VII (Lisboa) em Janeiro de 1975. Uma queima que nunca existiu, garante quem esteve na primeira manifestação feminista do país e que foi injuriada por três mil machistas histéricos em contra-manifestação. Existiu, sim, a "queima" de símbolos da opressão feminina, que ao longo da história aprisionaram mulheres na sua condição de trabalhadoras sem salário - panos do pó, esfregonas, tachos e cama - e de outras instituições tão vigorosas que se confundem com a própria ideia de género feminino - a mãe e a esposa que a *tornam mulher*. Mas a desconstrução de género não se faz sem liberdade sexual. Destas lutas ficaram de fora as lésbicas e as prostitutas. A emancipação de género, laboral e reprodutiva, encarava mal o desejo como luta das lésbicas e o sexo como trabalho das prostitutas. Seria possível construir um movimento que se esquivava dos estigmas de "putas" e "fufas", que pendiam sobre as feministas, em vez de os enfrentar?

O PREC é talvez o primeiro momento de afirmação de uma sexualidade crítica e radical, quando pela primeira vez surgem cartazes nas manifestações com referências à homossexualidade e à prostituição. Num momento em que as tensões de transformação da sociedade se centravam no desmantelamento das instituições do fascismo e na colectivização da economia, o campo revolucionário não incluía o que era considerado de âmbito privado – a sexualidade livre e o género inconformado. Emergem nesta altura as primeiras associações de mulheres focadas no direito à igualdade no trabalho, no combate à violência doméstica, no direito ao aborto e no acesso a meios contraceptivos e direitos reprodutivos que permitiram, de um ou outro modo, maior autonomia sexual.

Se é certo hoje que o feminismo reivindica a emancipação de todas as pessoas – mulheres ou não - também o é que no período revolucionário ficaram de fora muitas mulheres. Alheias a um movimento que pretendia integrar-se na nova moral democrática, as lésbicas organizam-se inicialmente no movimento LGBT, que surge apenas no início dos anos 1990, onde formam colectivos autónomos de mulheres[2] que desenvolvem muitas vezes uma crítica ao feminismo dominante. Mas é também aí, nos primeiros colectivos, que ganha relevância um pensamento feminista que debate o facto do movimento LGBT ser geralmente encabeçado por homens, que dominam o espaço público e sexualizam o corpo masculino, com uma presença que reflecte muitas vezes a sociedade misógina e sexista.

DO ESTADO NOVO À SIDA, A REPRESSÃO COMO IMPULSO.

Em 1980 surge um grupo homossexual - CHOR, Colectivo de Homossexuais Revolucionários - muito antes da formação de qualquer outro grupo LGBT em Portugal, composto por homens e mulheres que pretendiam uma alternativa à moral burguesa instituída, que "leva ao medo, ao ghetto, ao ciúme e à frustração", segundo o seu manifesto. Afirmavam-se como diferentes e negavam a propriedade privada, afirmando que a luta pela liberdade devia incluir a luta pela liberdade sexual geral. Não era possível uma revolução económica e política sem uma revolução do comportamento humano. Este grupo organiza uma manifestação em que transporta uma Nossa Senhora de Fátima até à Assembleia da República, no fim da qual o grupo desaparece misteriosamente, extinguindo-se até hoje.

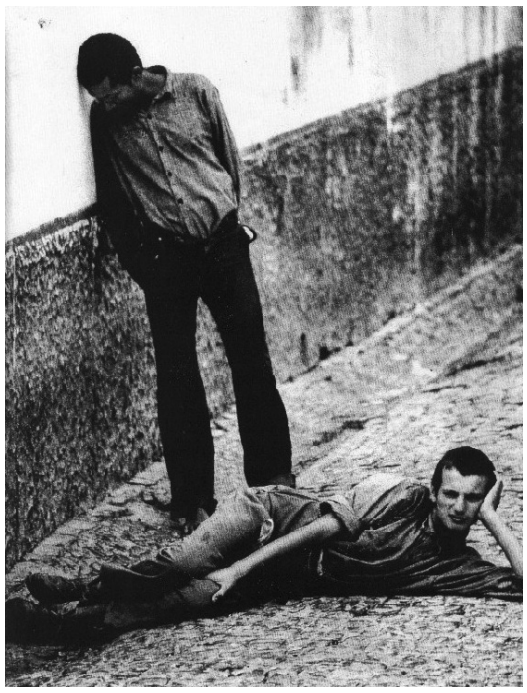
A criminalização da homossexualidade durante o Estado Novo, com penas de internamento até dois anos na Mitra (manicómio criminal), teve um importante papel na sua perseguição, com ressonâncias até ao período democrático. Aos olhos da lei e da moral da época, a homossexualidade era vista como indigência, tal como a prostituição, a mendicidade, a doença mental. A Mitra começou a ser desmantelada no pós-25 de Abril, mas efectivamente a homossexualidade só deixaria de ser crime em 1982, pelo que neste período temos ainda homossexuais institucionalizados. O que se sabe da época é que a polícia antes de efectuar detenções tentava a todo o custo extorquir dinheiro ou favores sexuais em troca do silêncio, pelo que as liberdades sexuais estavam bem marcadas pela classe. Quem tinha dinheiro para subornos e calar más-línguas podia viver a sua sexualidade, ainda que clandestinamente.

A Mitra começou a ser desmantelada no pós-25 de Abril, mas efectivamente a homossexualidade só deixaria de ser crime em 1982, pelo que neste período temos ainda homossexuais institucionalizados.

A crise da SIDA surgiu numa época em que não havia associativismo LGBT em Portugal. A Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA lança uma campanha em 1995 com o lema "Família: o princípio do fim da SIDA". Os cartazes apresentam uma família heterossexual, branca e tradicional, que afirma a fidelidade como a melhor protecção contra a epidemia. Este ataque do Estado dirigido a pessoas que sentiam agora uma nova forma de estigmatização, com base no contágio, acabou por fomentar o desenvolvimento de organizações e associações, que abandonam a posição de vítima descriminada reivindicando um lugar socialmente pleno e desavergonhado.

É uma altura em que o Palmeiras é talvez o único espaço político de encontro na cidade de Lisboa (situado na sede do PSR), que serviu gente de origens múltiplas, bandas, grupos contra o serviço militar obrigatório, contra o racismo, tornando-se também um espaço de liberdade sexual, em particular homossexual, organizada a partir do GTH - Grupo de Trabalho Homossexual. Durante alguns anos este seria o espaço privilegiado para um movimento político que incluísse a revolução sexual na sua agenda e a partir do qual ganharam pela primeira vez visibilidade muitas reivindicações LGBT. Muitos militantes do GTH formaram e participam hoje em colectivos LGBT com peso no movimento social.

PONTOS NO MAPA



Albergue da Mitra, no Poço do Bispo em Lisboa, onde eram detidas todas as pessoas que o regime via como marginais
(A Mitra nos anos 80, foto de Ana Esquível)

A fidelidade pode estar fora de moda.
Mas isto não é um anúncio de moda.
Família: o princípio do fim da SIDA.
COMISSÃO NACIONAL
LUTA CONTRA A SIDA

Cartaz da Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA(1995) em que uma família heterossexual, branca e tradicional sugeria que a fidelidade era a melhor protecção contra a epidemia.

Gisberta num cartaz da UMAR e GRIT (2009) numa homenagem no Porto, cinco anos após a sua morte.

DIREITOS E ASSIMILAÇÃO: O CIDADÃO LGBT E O MARGINAL *QUEER*.

Na segunda metade da década de 1990, já no final do chamado epicentro da SIDA (o primeiro caso em Portugal é diagnosticado em 1983) e com um movimento reforçado no combate ao estigma e na prevenção da doença, surgem as primeiras associações LGBT que transportam da Europa e da América do Norte um quadro de direitos civis. Podemos hoje observar que é também nesta época que se dá a formação do Bloco de Esquerda e onde a agenda LGBT passa a ser usada pelos partidos da esquerda parlamentar e associativismo LGBT como forma de diferenciação de uma direita parlamentar conservadora, fortemente marcada pelo machismo e homofobia – são as chamadas questões fracturantes.

Começa o período de normalização ou de assimilação – termos usados por grupos *queer* anarquistas dos EUA e Canadá. A agenda fracturante dos anos 1980 dá origem à agenda do associativismo LGBT formal, que origina propostas de lei formuladas pela esquerda institucional – facilmente colocadas na agenda e mediatizáveis. E é nesta pernada que a esquerda, tanto nas suas formações partidárias como associativas, tanto no campo LGBT como feminista, deixa de conceber o casamento, o trabalho, a instituição militar e policial e a escola, como instituições repressivas da sociedade patriarcal. É aqui que a hipótese *queer* ganha forma ao questionar a hierarquia de interesses que suportam o processo histórico do movimento feminista e LGBT. Torna-se claro que na decorrência do privilégio dado à luta por direitos civis, em detrimento de uma crítica social transversal, produzem-se vozes marginalizadas e novas discriminações.

A democratização da questão sexual sofre em 2004 um alerta que relança o debate sobre o género e a especificação de um novo tipo de ódio. No Porto, a transexual Gisberta é espancada, violada e atirada viva (amarrada) para um poço, onde morre. O crime fora cometido por um grupo de jovens que estavam ao cuidado de uma instituição católica de acolhimento de menores, com financiamento estatal. A morte de Gisberta questiona os limites do género binário, mas também a confusão insistente entre transfobia e homofobia. É este o momento em que o feminismo é obrigado a questionar a exclusão das suas fileiras de mulheres que não considerava como tais e que também não entravam na categoria de gays ou lésbicas. O ódio às pessoas *trans* atravessou todas estas décadas remetidas que estavam à marginalidade e à rua.

Todavia, neste crime, não são apenas as pessoas *trans* que ganham voz própria pelo ódio e indiferença a que estão sujeitas. A institucionalização de crianças e jovens pelo Estado, a forma como vivem e são educadas, a violência das suas vidas, poderia ser o ponto de partida para a reivindicação de uma mudança social radical.

Todavia, neste crime, não são apenas as pessoas *trans* que ganham voz própria pelo ódio e indiferença a que estão sujeitas. A institucionalização de crianças e jovens pelo Estado, a forma como vivem e são educadas, a violência das suas vidas, poderia ser o ponto de partida para a reivindicação de uma mudança social radical. Acabámos contudo com as associações LGBT e feministas espectadoras de um julgamento. Acabámos com a direita a pedir penas de prisão mais implacáveis para crimes cometidos por menores. E podemos dizer que foi pouca a revolta contra os sistemas de institucionalização de menores e a forma como o Estado organiza a vida destas crianças e jovens. Como diria o juiz no julgamento de Gisberta, ao determinar que ela morreu por afogamento: "A culpa foi da água".

De qualquer modo, as pessoas *trans*, que sempre haviam participado no movimento LGBT, adquiriram aos poucos nome próprio e começa-se finalmente a discutir o evidente: a norma rígida e binária que o Estado inscreve no género não é diferente da exploração inscrita na nossa vida, através do trabalho ou de outras formas de propriedade.

[continua no próximo MAPA]

A segunda parte deste texto tratará de temáticas como o aborto, o trabalho sexual, as experimentações *queer* no centro social RDA69 e de outras potências como o Exército de Dumbledore, Rabbit Hole e as Bixas Cobardes.

1 O termo *queer* foi reclamado pela organização *Queer* Nation criada em Março de 1990, em Nova Iorque, por activistas da SIDA vindos do ACT UP. Poucos meses mais tarde, um panfleto anónimo e influente é distribuído na Parada do Orgulho Gay daquela cidade, intitulado "*Queer*s Read This", que se pode ler aqui: http://www.qrd.org/qrd/misc/text/*queer*s.read.this

2 Destes grupos nascem as revistas Organa (1991) e Lilás (1993), que discretamente chegavam a muitas mulheres e permitiam a realização de eventos dirigidos a esta comunidade. É neste percurso que se vê nascer as associações lésbicas, como o Clube Safo, que traziam em parte o contributo de mulheres que tinham estado ligadas ao movimento feminista.

O que é o jornal MAPA?

Mapa é um jornal bimestral de informação crítica distribuído de Norte a Sul de Portugal em cafés, livrarias, quiosques, escolas, universidades, transportes públicos, centros sociais, associações, por correio e, acima de tudo, nas ruas. Propõe-se enquanto ferramenta, através da informação, debate e discussão, a ser usada para o desenvolvimento da crítica enquanto alimento do pensamento e de práticas de autonomia e liberdade em todos os aspectos da vida. Não está, portanto, contido na zona de influência de grupos económicos ou partidos políticos de qualquer côr ou sabor. A sua prática baseia-se na produção, publicação e distribuição de notícias, reportagens, investigações, crónicas, fotos, ilustrações, bandas desenhadas e, em geral, quaisquer outros formatos desde que possíveis de figurar dentro dos limites físicos das suas páginas.

Contribuir para o jornal MAPA.

Fotos originais e ilustrações // Artigos, noticias e reportagens sobre lutas na tua cidade, bairro, serra ou aldeia // Informações sobre resistências, denúncias de abusos e repressão // Temas, debates, ideias e pensamentos sobre questões da atualidade

geral@jornalmapa.pt

Distribuir o jornal MAPA.

Acrescentar a sua associação, cooperativa, centro social, livraria, quiosque, Café, Loja, Faculdade à lista de locais de distribuição* // Sugerir mais locais de distribuição // Receber um pacote de exemplares por correio para distribuição

*Caso se trate de um local onde o jornal MAPA possa estar disponível livremente ao publico para leitura e consulta enviamos gratuitamente um exemplar carimbado para esse efeito // Grátis para presos

distribuicao@jornalmapa.pt

mapa
A VIOLÊNCIA DE EXCEPÇÃO É JÁ A REGRA DO DIA-A-DIA
A indústria militar aterra em Beja
Para quem são as cidades em que vivemos?
No grande jogo da política és tu que perdes
Entre a espada e a parede
Nem tudo o que brilha é ouro
Uma avenida fechada

Locais onde podes encontrar o jornal MAPA

LISBOA:
Livraria Letra Livre (Calçada do Combro, 139)
BOESG (Rua das janelas Verdes, 13, 1º esq)
Recreativa dos Anjos (Rua regueirão dos anjos, 69)
Casa da Achada (Rua da Achada, 11)
Espaço MOB (Travessa da Queimada, 33)
Zona Franca dos Anjos (Rua de Moçambique, 42)
Livraria Caixa dos Livros (FLUL, Cidade Universitária)
ILGA (Rua de São Lázaro, 88)

ALMADA:
Centro de Cultura Libertária (Rua Cândido dos Reis, 121, 1º Dto – Cacilhas)

SETÚBAL:
Associação José Afonso (Casa da Cultura, Rua Detrás da Guarda, 26)
Livraria Universo (Rua do Concelho, 13)
Livraria Culsete (Avenida 22 Dezembro, 23)
Loja do Charroco (Rua João Eloy do Amaral, 36)
Taifa bar (Avenida Luisa Todi , 558)
Papelaria Ana Mota (Rua Vasco da Gama, 48)
Cooperativa PrimaFolia (Rua Fran Paxeco, 178)

PORTO:
Livraria Utopia (Rua Regeneração, 22)
Gato Vadio (Rua do rosário, 281)
Casa Viva (Praça Marquês Pombal 167)
Espaço Musas (Rua do Bonjardim, 998)
Dar à Sola (Rua dos Caldeireiros, 204)
Casa da Horta (Rua de S. Francisco, 12)
Tendinha dos Poveiros (Praça dos Poveiros)
Café Pedra Nova (Rua da Alegria)
Louie Louie (Rua do Almada, 275)
Tabacaria Berta (Largo de S.Domingos, 33)

COIMBRA:
República das Marias do Loureiro (Rua do Loureiro, 61)
Tabacaria Pavão (Rua Alexandre Herculano, 16)
Quiosque Sousa (Largo da Portagem)
Tabacaria Machado D'Assis (Praça Fausto Correia – Celas)

BRAGA:
Livraria Centésima Página (Avenida Central, 118)
Taberna Subura (Rua Frei Caetano Brandão – A Sé)

BARCELOS:
CCOB – Círculo Católico Operário de Barcelos (Rua D. Diogo Pinheiro)

CASTRO VERDE:
Contracapa – Livraria Papelaria (Av. General Humberto Delgado, 85)

HOLANDA // AMSTERDÃO
Het Fort Van Sjakoo [Jodenbreestraat 24, 1011 NK

ASSINAR O JORNAL MAPA.

Queres receber o jornal MAPA por correio a cada edição numa morada?

Consulta a tabela de preços em www.jornalmapa.pt

ou envia os teus dados (Nome // Morada) para: assinaturas@jornalmapa.pt

Dados bancários para transferências:

ASSOCIAÇÂO MAPA CRÍTICO
NIB: 0035 0774 00143959530 98

NOTÍCIAS À ESCALA

Colher Para Semear: defesa e ilustração da agroecologia

JÚLIO HENRIQUES

Ao Encontro da Semente 2012, Arouca, oficina de poda

A associação Colher Para Semear – Rede Portuguesa de Variedades Tradicionais (CPS) foi formalmente criada em Março de 2006 por um grupo de pessoas preocupadas com a perda desastrosa de biodiversidade agrícola. Desse grupo inicial de dezoito membros faziam parte agricultores e pessoas com outras profissões que se dedicavam à horticultura. Tem a sua sede na Quinta do Olival, situada na aldeia do Olival, concelho de Figueiró dos Vinhos, distrito de Leiria, onde José Miguel Fonseca e Graça Pinto, co-fundadores da CPS, praticam agricultura orgânica há trinta anos, reproduzindo-se nos terrenos desta quinta a maior parte das variedades de plantas hortícolas e fruteiras que a CPS mantém, protege e propaga.

Desde o início, o objectivo principal da CPS tem consistido em preservar e dar a conhecer o património vegetal cultivado em Portugal, ou seja, as variedades autóctones, hortícolas e fruteiras, cultivadas nas diversas regiões do país, do que resultou a constituição de um banco de sementes cuja lista é publicada anualmente no seu *Catálogo de Variedades*. Esse objectivo pressupôs desde o início o conhecimento factual de tais variedades, que não se encontrava documentado. Para isso, foi necessário organizar levantamentos, que consistem em investigações agro-botânicas sistemáticas, efectuadas numa determinada área do país, com vista a recolher informação segura e fidedigna sobre as variedades (transmitidas pelos antepassados e também recriadas pelos contemporâneos) que continuam a ser efectivamente cultivadas na zona eleita para estudo. Este trabalho, cuja realização costuma abarcar oito a nove meses, entre o fim do Inverno e o Outono seguinte, tem sido feito em colaboração, sobretudo logística, com autarquias (por duas vezes foi-o também com associações locais afins) e, obviamente, com os agricultores, homens e mulheres, que continuam a cultivar as variedades locais na área em questão, constituindo estes os informadores privilegiados e indispensáveis do material vegetativo a coligir e analisar.

> A CPS constitui uma corrente minoritária entre as entidades agrícolas portuguesas. Na sua defesa da agroecologia e concomitante oposição à agronomia industrial (agroquímica, agronegócio)

A obtenção de uma tal informação subentende vários requisitos prévios: uma abrangente capacidade dialogante, de igual para igual, com os agricultores entrevistados, espírito de solidariedade, bons conhecimentos botânicos e agrícolas, não só teóricos mas sobretudo práticos, disponibilidade de tempo, paciência e capacidade de improvisação.

O trabalho de investigação e recolha anual (a CPS fez até agora oito levantamentos[1]) é publicado em livro, com vista a que esse registo contribua para um conhecimento mais exacto do património agrícola local e, ao expô-lo, sublinhe as potencialidades produtivas que contém, tendo em mira a autonomia e a soberania alimentares. O fim do levantamento coincide com a realização, também anual, da iniciativa intitulada Ao Encontro da Semente, encontro este, de três dias (sexta, sábado e domingo), que inclui palestras ou comunicações de pessoas que desenvolvem na zona actividades de âmbito agrícola, debates, oficinas práticas de diversa índole destinadas a fomentar aptidões (sobre recolha e preservação de sementes, podas, cultivos, processos de trabalho agrícola, etc.), apresentação de filmes, exposições (a começar pela exposição do património vegetal recolhido nesse ano e nessa área), bancas para troca de sementes, venda de produtos agrícolas, livros e outras publicações, e, naturalmente, convívios e trocas de ideias, de que fazem parte as refeições colectivas, sempre confeccionadas com produtos locais, e o baile das colheitas, animado também por agrupamentos musicais da região.

Além deste encontro anual, a CPS organiza um outro, de um dia, por ocasião da sua assembleia-geral, que costuma ser em Fevereiro. Estoutro realiza-se também todos os anos num local diferente, na quinta de um sócio, e consta, além da assembleia-geral propriamente dita, de um programa de actividades em que se integram oficinas práticas de aprendizagem, bancas para troca de sementes e venda de produtos (incluindo publicações), bem como um piquenique partilhado por todos.

Por outro lado, a CPS promove regularmente oficinas de recolha, limpeza e conservação de sementes, oficinas de guardiões de sementes, oficinas de fabrico de sumos e outras, quer na Quinta do Olival, quer noutros locais. E participa em feiras de biodiversidade agrícola ou em encontros de associações congéneres, em Portugal e no estrangeiro.

Além do já referido livro relativo ao levantamento anual e do também anual *Catálogo de Variedades*, a CPS publica um boletim trimestral, de distribuição gratuita aos sócios e aberto à colaboração de todos os interessados, *O Gorgulho,* em que se abordam temas relativos a práticas agrárias, ao conhecimento das plantas cultivares, bem como a iniciativas de luta em prol da autonomia e da soberania alimentares. E editou, de autoria de José Miguel Fonseca, o seu *Manual Prático para a Colheita e Conservação de Sementes*.

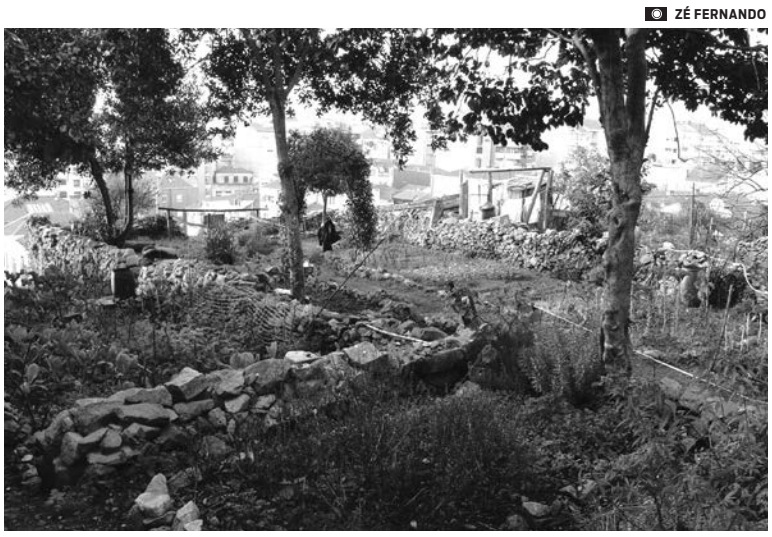
A CPS constitui uma corrente minoritária entre as entidades agrícolas portuguesas. Na sua defesa da agroecologia e concomitante oposição à agronomia industrial (agroquímica, agronegócio), procura promover uma visão da agricultura como a mais essencial e vital de todas as actividades humanas, que não deveria estar sujeita ao critério único do lucro e a exclusivas considerações mercantis.

1 Os levantamentos já efectuados foram os seguintes: Sesimbra, 2006; Odemira, 2007; Sendim, 2008; Melgaço, 2009; Montemor-o-Novo, 2010; S. Brás de Alportel, 2011; Arouca, 2012; Vimioso, 2013.

Contactos:
Quinta do Olival – Aguda
3260-044 Figueiró dos Vinhos
Telefone 236 622 218
Telemóvel 914 909 334
colherparasemear@gmail.com
colherparasemear.wordpress.com

Uma experiência de horta urbana e muito mais... no fio da navalha

ZÉ FERNANDO



LOUREIRO DA COSTA

Encravada entre o Bonjardim e a Fontinha, logo ali a dois passos do Marquês e não demasiado longe da baixa portuense, a Quinta Musas da Fontinha - uma experiência de horta comunitária urbana surgida por iniciativa de uma velha coletividade de bairro - acaba de ser notícia pelas melhores e pelas piores razões, precisamente quando, a velha colectividade conhecida como Musas, se prepara para comemorar o seu 70º aniversário no próximo mês de Abril.

Exemplo de resistência e reinvenção das formas de cooperação social entre indivíduos, ao avesso da pressão dominante para uma urbanização predadora da natureza e dos valores de competição individual, a Quinta Musas da Fontinha surge ao arrepio de um contexto em que a cidade se esvazia cada vez mais de uma comunidade socialmente operativa para se ir transformando num vazio ocupado e transformado numa arena de operadores turísticos: autocarros panorâmicos e descapotados aparecem cada vez mais a competir nos corredores de bus com os autocarros dos serviços públicos de transportes, uns e outros evoluindo em sentido inverso num claro sinal dos tempos em que os serviços públicos se degradam e os grandes negócios prosperam.

A Quinta foi notícia, recentemente, por ter transformado uma velha colina, anteriormente cedida quer a funções de depósito de ferro velho, quer a silvado impenetrável e habitat de ratazanas, numa horta comunitária. A iniciativa da Quinta originou então uma ação de despejo sobre a sede da coletividade, o logradouro onde a horta se iniciara e ainda a ameaça de uma choruda indemnização aos proprietários. Conforme atestam as memórias dos vizinhos que acompanharam o Musas para um testemunho em tribunal, a história da utilização do espaço para atividades lúdicas da associação data de há muitas décadas atrás, embora interrompida pelas crises de uma vida associativa nem sempre fácil.

Situações anómalas ocorridas nas vésperas do julgamento da ação de despejo, entre elas o internamento hospitalar da advogada que acompanhou a coletividade desde o início do processo, acabaram por fazer perigar o desfecho da ação judicial.

No decorrer do mesmo tornou-se incontornável a aceitação de

> continuação da página anterior
"Quinta Musas. Uma experiência de horta urbana e muito mais... no fio da navalha"

um acordo judicial que, por um lado salvaguarda a sede do Musas e preserva a coletividade do perigo de extinção – as melhores razões – mas por outro – as piores - a obriga a ter de suportar um aumento pesadíssimo das rendas, caso pretenda manter as suas hortas no logradouro onde se iniciaram. Logradouro este que é o seu acesso privilegiado, o seu miradouro com vista para o mar, e a jóia da coroa da Quinta Musas da Fontinha, ainda que esta se tenha entretanto estendido a terrenos municipais e a terrenos cedidos pela boa vontade de vizinhos.

A Quinta Musas da Fontinha, que hoje agrega um conjunto de cerca de 25 pequenas hortas com dimensão média e idêntica de 25 m2 (cada uma com o nome de um fruto), a zona de agrofloresta, o jardim elevado, a zona de convívio nascida "terra das crianças", os canteiros de aromáticas, o galinheiro, a estufa (de momento em transformação), ou o banco de sementes, pelas quais se responsabilizam os sócios do Musas que a tal se disponham - individualmente ou em grupo (com outros sócios) – não é, nem de perto nem de longe, um projeto de entrega de lotes agrícolas para cultivo. É, antes, um processo de criação de uma comunidade, corresponsável pela globalidade do projeto, em que é corrente e natural que uns sócios reguem a hortinha dos vizinhos, se por algum motivo estes não o possam fazer, ou que venham das suas hortas os legumes necessários ao almoço comunitário quando ele se realiza.

Com quotas de associado definidas voluntariamente por cada sócio e sem mais exigências do que a pertença corresponsável ao projeto comunitário, não só das hortas, mas igualmente do xadrez, da biblioteca, da animação cultural, entre outras actividades, o Musas atraiu à sua proposta gente disponível para uma experiência social em comunidade.

São eles hortelãos entusiastas ou lutadores pela própria sobrevivência, quintuplicando em dois anos o seu número de sócios, ainda que, de momento, este número ainda não permita responder ao aumento das rendas que lhe foram agora impostas e o deixa no fio da navalha.

Nesse sentido surge o recente apelo do Musas para alargar o seu número de sócios, o único garante de que o projeto, onde o mecanismo fundamental de decisão é assembleário, resista e se fortaleça. Assim se explica que o acordo judicial agora decidido tivesse sido, num primeiro momento, objeto da conferência dos sócios presentes no tribunal, e posteriormente, objeto da decisão obrigatória dos sócios em assembleia.

O Musas tem vindo a criar um sentido de comunidade em que participam, pela primeira vez, muitas pessoas para as quais esta é uma primeira experiência nesse sentido, algo que, a outro nível, também foi experienciado mais ou menos recentemente dentro do projeto Es.Col.A, ali ao lado, no Alto da Fontinha. Esta colectividade forma também parte de um processo, em cooperação com os seus espaços amigos na cidade, como a Casaviva, o Gato Vadio, a Casa da Horta, o Terra Viva e outros, sendo participante das Hortas pela Diversidade ou da Colher para Semear, de que partilha também os ideais.

Propósitos para a defesa dos quais depende agora muito do seu esforço e da solicitude dos amigos que lhe permitam cruzar com paixão redobrada – esperemos! - os seus 70 anos de vida.

Renânia, Alemanha.
Construindo a resistência nas margens duma mina de carvão

Este verão, teve lugar perto de Colónia, na Alemanha, um acampamento de resistência à mina de carvão a céu aberto da Renânia (Rheinland). O encontro aconteceu numa aldeia que brevemente será destruída pelas escavadoras da companhia eléctrica RWE[1]. O campo foi o ponto de confluência de centenas de pessoas com vontade de apoiar esta luta local e partilhar experiências e informação de outras lutas e ocupações contra projectos destrutivos que ocorrem por toda a Europa.

Grupos das activistas durante manif que acabou com bloqueio da linha de comboio de transporte de carvão

CAMILLE

RENÂNIA, SITUAÇÃO E EFEITOS

A mina de carvão em Hambach é a maior a céu aberto da Europa, um buraco do tamanho do centro de Paris (85km2 de superfície, com 350m de profundidade), planeado para duplicar de tamanho no futuro[2]. Na Renânia existem mais duas minas a céu aberto - Inden e Garzweiler II - e quatro gigantescas centrais eléctricas. A capacidade de produção da zona é de 100 a 120 milhões de toneladas de carvão por ano, 90% do qual é convertido em electricidade, sendo o restante transformado em *briquettes* para aquecimento. A produção de carvão emite para a atmosfera uma grande quantidade de partículas, algumas radioactivas, com emissões superiores a todo o tráfego automóvel na Alemanha, o que está a provocar o aumento de casos de cancro, demência e doenças vasculares na área da Renânia[3]. Todo o processo de extracção consome imensa energia: as maiores escavadoras que existem no mundo são aí utilizadas e toda a água do subsolo da área tem de ser bombeada.

A RWE, apresentada como "energia limpa" e a "solução para uma crise energética", quer pela própria empresa quer por políticos locais e nacionais, que subsidiam fortemente as suas actividades, é considerada um dos maiores poluidores da Europa por várias investigações independentes, nomeadamente da Price Waterhouse Coopers[4] (de 2008), da Carbon Market Data[5] e da WISE[6] (de 2012). No processo de converter uma tonelada de carvão em electricidade, uma tonelada de CO2 é libertada.

A escala da operação tem também fortes impactos sociais: aldeias, terrenos agrícolas e 4.500 hectares de floresta virgem estão a ser destruídos pelas minas. Comunidades inteiras tiveram de ser deslocadas para novas aldeias, ou seja, cerca de 30.000 pessoas desde 1948[7]. Para além destas, outros habitantes da região foram forçados a migrar, sem qualquer forma de compensação, por causa dos efeitos da extraçção mineira: perda de qualidade dos solos agrícolas e do acesso à água, problemas de saúde e poluição do ar. Vários agricultores perderam não só as suas terras como a sua forma de vida.

Por seu lado, a RWE defende que o processo contempla a regeneração das terras: segundo dados disponíveis, depois da extracção, a terra será recuperada, com um parque natural, um lago gigante e terrenos

LATITUDES

agrícolas. Mas não menciona a perda irreversível de florestas primárias e negligencia a perda de qualidade para cultivo do solo, depois de destruída a sua estrutura.

CONTEXTO HISTÓRICO DO CARVÃO NA ALEMANHA

A extracção de carvão tem já uma longa história nesta zona da Alemanha, desde o império romano que dali se retira carvão para o aquecimento e cozinha. Nos séculos XIX e XX, o carvão alimentou a revolução industrial, especialmente nos EUA e na Grã-Bretanha, logo seguidos pela Alemanha. A partir de 1850 o chamado carvão--duro, o antracite, que praticamente não emite fumo, tornou-se a fonte principal de aquecimento das cidades e o carvão menos duro (carvão-castanho ou lignito) foi usado em fábricas e comboios.

Em 2007 o governo alemão decidiu acabar, até 2018, com todos os subsídios para a extracção de carvão, um passo na retirada do carvão da produção energética. Mas após a catástrofe na central nuclear de Fukushima, no Japão, foi pressionado pela população a criar uma lei de retirada da energia nuclear, o que serviu então de pretexto para o carvão ser apresentado de novo como uma alternativa "barata" e "ecológica". O certo é que a luta por uma mudança real de paradigma na produção da energia irá continuar.

PROTESTOS

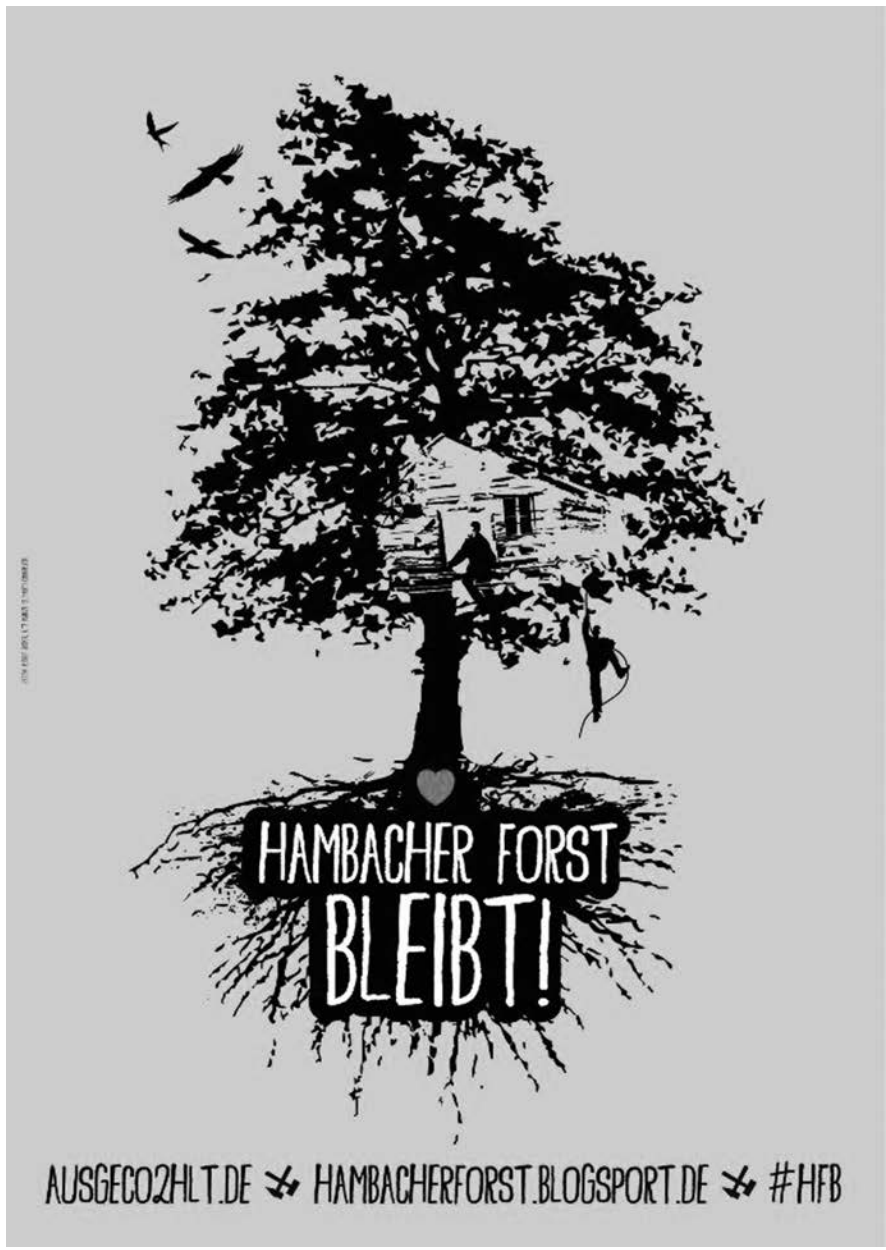
Manheim, que se tornará em breve na próxima aldeia-fantasma da zona, já começou a ser abandonada. O processo de realojamento está em curso, deixando dezenas de casas abandonadas e contentores cheios de mobiliário e objectos pessoais. A padaria e a escola primária já fecharam e as únicas estruturas ainda a funcionar são um banco, um centro desportivo e um infantário. Este ano, pela terceira vez, um campo de acção directa climática foi montado com o objectivo de fortalecer os protestos e campanhas locais que continuamente lutam para parar a extracção de lignito na área.

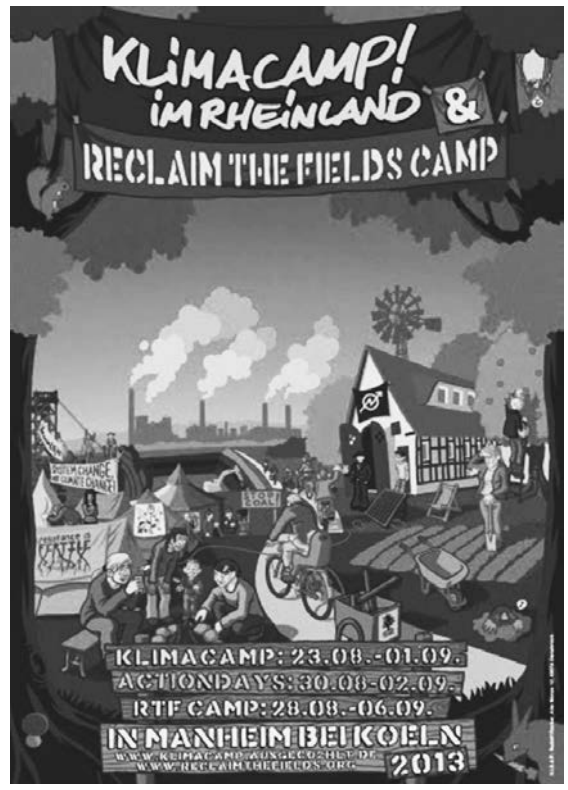
Associações de vizinhos, jovens ligados a ONGs e pequenos partidos políticos, agricultores e activistas que ocupam partes da floresta e um campo agrícola juntaram-se numa plataforma política chamada **ausgeco2hlt** (parar com o carvão/CO2). Esta plataforma tem reuniões mensais e cria a oportunidade de alianças para a organização de eventos e acções específicas ao longo de todo o ano, que vão da constituição de pontos de informação nas aldeias próximas da mina a acções directas de bloqueio da linha férrea usada para o transporte do carvão da mina para as centrais eléctricas. Cada grupo tem a sua própria organização, eventos e apoiantes. Esta estrutura ajuda o crescimento deste encontro de ano para ano. Em 2013, durante duas semanas, mais de mil pessoas participaram no acampamento.

Além da acção de bloqueio da linha férrea, que durou oito horas, e da reocupação da floresta (cujos ocupantes tinham sido despejados pouco tempo antes), o acampamento trouxe outra vez vida a Manheim, criando espaço para acções e encontros sociais: ocupação de casas abandonadas; criação de uma horta comunitária; acção de informação sobre a mina, oferecendo batatas fritas, de um agricultor local, na praça principal; convites aos habitantes que restam a participar em oficinas, discussões e acções. Os habitantes reagiram de diversas formas: uns bastante positivamente e agradecendo o apoio, mas ao mesmo tempo dizendo "Vêm com 20 anos de atraso, nós há muito que desistimos"; ao passo que outros ignoraram os protestos e reagiram negativamente, destruindo a sinalização do acampamento.

É bastante visível que a presença da RWE na comunidade local é muito forte, transmitindo, há décadas, os objectivos da empresa como se de um bem público se tratasse, criando emprego para mais de metade da população da região. Nos meses que antecederam o acampamento, a RWE enviou mensagens de propaganda a todas as casas, avisando que "activistas violentos" preparavam o encontro. Existem ligações directas entre a câmara municipal e a empresa, que se tornam claras perante a resposta à requisição oficial para o acampamento, recusado no dia anterior à data de início. Apenas foi autorizada a realização de um encontro político, sem tendas, cozinha ou possibilidade de pernoitar, o que dificultaria a realização do acampamento com a chegada de participantes de toda a Europa. No processo de tentar chegar a acordo para o uso de terras privadas, também se notou clara a pressão da RWE para com os proprietários do terreno, ameaçando diminuir as compensações monetárias caso auxiliassem a instalação do acampamento.

A mina de carvão em Hambach é a maior a céu aberto da Europa, um buraco do tamanho do centro de Paris (85km2 de superfície, com 350m de profundidade), planeado para duplicar de tamanho no futuro.





Em cima: Cartaz do acampamento "Reclaim the Fields 2013" em Manheim.
Esquerda: Cartaz em defesa do bosque de Hambacher, destruído pela mina de carvão.

LATITUDES

Imagem de um artigo de propaganda da RWE contra protestantes do acampamento, no boletím mensal da propaganda do RWE: *Hier: extra, das nachbahrschafts magazin von RWE power, august 2013*.

CONEXÕES GLOBAIS

A segunda semana do acampamento foi dedicada a conectar pessoas de diferentes locais em luta, com um programa organizado pela Reclaim the Fields (RtF), uma constelação europeia de agricultores, sem-terra e agricultores em busca de terras, que tentam tomar controle[8]. Durante o acampamento, reforçaram-se relações com participantes da ZAD[9], em França, e de outros projectos de resistência na Alemanha, Inglaterra, Holanda, Áustria, Portugal[10], Espanha e Roménia, fazendo debates, apresentações e oficinas práticas.

Empresas e corporações multinacionais que constroem infraestruturas de grande escala, como minas, barragens, aeroportos, auto-estradas e centrais nucleares, não são originárias de um só país e continuam a crescer, procurando novos recursos e terras para aumentar os seus lucros. Muitas pessoas afectadas directamente não acreditam nessas empresas ou na informação governamental e continuam a organizar-se localmente, procurando formas de resistir, de criar investigações independentes e estabelecendo ligações com outras lutas semelhantes.

+ INFO
ausgeco2hlt.de
reclaimthefields.org

1. RWE (Rheinisch-Westphalian Elektrizitätswerk) é originalmente uma empresa alemã de energia. Explora energia nuclear, carvão, gás, incineração de resíduos e infraestruturas de gás e electricidade e opera no Reino Unido, Países Baixos e vários países da Europa de Leste. Em 2007 a RWE foi considerada, pela Forbes, a 73ª maior empresa do mundo e a 3ª maior construtora de infraestruturas públicas.

2. http://www.rwe.com/web/cms/de/60012/rwe-power-ag/standorte/braunkohle/hambach/

3. Avaliação dos Impacto na saúde das centrais de carvão na Alemanha , Universidade de Estugarda, Instituto de economia da energia e o uso racional da energia: http://www.greenpeace.de/fileadmin/gpd/user_upload/themen/energie/130401_Deliverable_IER_to_GREENPEACE_DE.pdf

4. http://www.pwc.fr/assets/files/pdf/2008/12/pwc_carbon_factor_2008_uk.pdf

5. Baseada na investigação da Carbon Market Data: RWE, Vatten fall e E.ON foram as três maiores empresas emissoras de CO2 no Regime Comunitário de Licenças de Emissão da União Europeia (RCLE-UE) durante o ano 2012. http://www.carbonmarketdata.com/cmd/publications/EU%20ETS%202012%20Company%20Rankings%20-%204%20June%202013.pdf

6. http://www.hetkanwel.net/2013/07/24/top-3-energieleveranciers-die-het-minste-groene-stroom-leveren/

7. http://www.mining-technology.com/projects/rhineland/

8. Esta constelação europeia é uma coleção de projectos autónomos, que comunicam, discutem e se apoiam um aos outros. É composta por uma grande diversidade de projectos: hortas comunitárias, cooperativas de produção e consumo, comunidades alternativas e zonas em luta contra a destruição industrial.

9. Jornal Mapa número 1, páginas 6 e 7, descreveu a ZAD (Zone A Deféndre) na França, uma zona ocupada por agricultores e activistas em resistência contra a construção de um mega aeroporto.

10. Projecto de construir uma mina de ouro na freguesia de Boa Fé, Évora, em 2014. Mapa número 3, página 4: **Nem tudo o que brilha é ouro.**

"(...) Após a catástrofe na central nuclear de Fukushima, no Japão, [o governo alemão] foi pressionado pela população a criar uma lei de retirada da energia nuclear, o que serviu então de pretexto para o carvão ser apresentado de novo como uma alternativa "barata" e "ecológica"

"Além da acção de bloqueio da linha férrea, que durou oito horas, e da reocupação da floresta (cujos ocupantes tinham sido despejados pouco tempo antes), o acampamento trouxe outra vez vida a Manheim (...)

A Roménia foi recentemente palco de grandes protestos contra outra das maioras minas a céu aberto na Europa, neste caso de ouro. Dominada por uma companhia instalada no Canadá, a Gabriel Resources, poderá vir a engolir três aldeias ancestrais e quatro picos de montanhas, poluindo uma área muito maior, através da contaminação por cianeto. Um movimento social forte, que protesta há mais de 10 anos, reactivou-se nos últimos meses, com milhares de pessoas a marchar nas ruas para protestar contra a aprovação de uma alteração na lei que permitirá o avanço da mina. Receia-se um desastre semelhante ao do derrame de cianeto na Roménia em 2000, quando o cianeto duma mina de ouro perto de Baía Mare poluiu as águas até ao Danúbio, na Hungria.
Ao mesmo tempo, projectos semelhantes começam na Grécia[12] e em Portugal[13], também pela mão de companhias canadianas. Mais uma vez os governos agem como cegos perante enormes investimentos internacionais e a criação de postos de trabalho temporários, negando a destruição da Natureza, os efeitos ambientais a longo prazo e o impacto social nas comunidades locais.

Mais informação sobre os protestos
Rosia Monatana, Roménia: www.rosiamontana.org
12. Calcídica, Grécia: nouvelleshorslesmurs.wordpress.com
13. Boa fé, Portugal: minadaboafe.wordpress.com

À MEMÓRIA DE UM INDOMÁVEL

Mural de homenagem a **Antonio Ferreira de Jesus** na baixa de Setúbal

ANTÓNIO FERREIRA DE JESUS 1940-2013

52 anos de sequestro estatal!...

António Ferreira de Jesus, natural de Oliveira do Bairro, nasceu a 30 de Outubro de 1940 e faleceu a 6 de Novembro de 2013. Dos seus 73 anos de idade, passou 52 anos na prisão em Portugal, caso inédito na Europa. Apenas esteve 21 anos fora de muros. Ou seja, sofreu 52 anos de sequestro estatal!...

JOSÉ ALBERTO

António nasceu no seio da miséria económica, na qual viu morrer dois irmãos de tenra idade: um por fome; outro por falta de atenção e cuidados médicos. Inconformado com as desigualdades sociais e com o terrível terrorismo que constitui a violência económica, opôs-se ao roubo da vida - o salariato imposto pelo domínio - e começou a expropriar a classe dominante, tentando reapropriar-se da sua vida, preferindo antes o risco que acarreta a expropriação do que humilhar-se a mendigar ou sujeitar-se a um vil salário. Defendeu a sua mãe dos maus tratos do seu pai ao opôr-se energicamente a este quando mais uma vez a agredia, o que, a partir de então, nunca mais voltou a acontecer. Aos 17 anos de idade foi lançado para a prisão. Depois de cumprir a condenação, obrigaram-no a cumprir uma célebre medida correcional fascista na prisão-escola de Leiria[1]. Junto a outros "filhos dos homens que nunca foram meninos", fica chocado com a opressão aí existente. Em contacto com os presos políticos na penitenciária de Lisboa, ganhou consciência política. Cumpriu treze anos de prisão e sofreu 4 anos de isolamento e outros castigos.

António saíu da prisão tão revoltado que foi assaltar a prisão-escola de Leiria, com o objectivo de libertar os presos e atear fogo à prisão. E porque não pagavam os salários de uns trabalhadores, o seu sentimento de classe levou-o a queimar a fábrica onde estes trabalhavam, eliminando primeiro o guarda da fábrica em autodefesa, após uma luta corpo a corpo, antes que este o eliminasse. Realiza algumas expropriações. Tem a PIDE (polícia política do regime fascista) atrás de si. Um irmão, que teria participado no frustrado assalto à prisão-escola, chiba-o. É condenado à pena máxima do código penal de então: 24 anos de prisão e com "a delinquência" foi considerado de difícil correção[2]. Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, a pena passa a 12 anos de prisão com a condição de sair a metade da pena, ou seja, aos 6 anos de prisão. Mas obrigaram-no, por ser um preso em luta, a cumprir a pena na sua quase totalidade; faltavam apenas uns meses para os doze anos quando o colocaram em liberdade condicional, dentro da qual, passado poucos meses, é condenado a 18 meses de prisão por posse de arma ilegal e com a respectiva condicional revogada. Em 1991 foi colocado em liberdade condicional quando lhe faltavam poucos meses para o fim da pena. Posteriormente, em 1994, é condenado a 10 anos por expropriações, sendo, ainda no mesmo ano, condenado, conjuntamente com outros companheiros, a uma pena de 18 anos por sequestro e roubo a um famoso traficante de heroína.

> **"*Big Brother* designa o nome que os presos deram à prisao construída (de forma sofisticada e cheia de câmaras de video-vigilância) dentro da prisão de Pinheiro da Cruz na década do ano 1990, totalmente separada e isolada**

Por onde passou deixou rasto: na prisão-escola de Leiria, durante o regime fascista, participou em vários protestos contra o miserável rancho e a prepotência. Na Penitenciária de Coimbra, depois do 25 de Abril de 1974, amotinou-se com outros presos durante semanas e esteve no cume da cúpula da prisão a comunicar para a população da rua através de um altifalante, expondo os motivos do motim. De seguida, na prisão de Paços de Ferreira, é eleito presidente da associação de reclusos. Ocorre um motim no qual é morto um companheiro, que se encontrava a seu lado, por uma rajada de metralhadora. O Ferreira escapou por milímetros. O guarda, autor da rajada, comentou que a rajada era para o Ferreira e não para o outro. É transferido para a então Colónia Penal de Pinheiro da Cruz, onde é armazenado, em total isolamento, numa cela na Ala 1, então desocupada, onde esteve mais de um ano só. **"Só faltou darem-me uma corda para me enforcar"**, palavras suas. Em 1976, ocorre um motim nessa Ala, já ocupada por mais presos. Os presos subiram para o telhado da Ala e muitos deles foram barbaramente espancados. No curso de dinamização que levava os presos a tomar consciência de si mesmos e dos seus direitos, introduzido e leccionado então em várias prisões por pessoal de esquerda, com a total oposição das direções das prisões, António Ferreira é considerado pelas autoridades um radical pelas suas opiniões e tomadas de posição. A direita queixa-se e protesta nos meios de comunicação que os guardas é que são castigados em vez dos presos e que as prisões vivem em "anarquia". Em 1978 é um dos principais organizadores da fuga feita por um túnel escavado ao longo de dezenas de metros de comprimento, por onde 123 presos (incluindo o Ferreira) se evadiram da prisão de Vale de Judeus, para onde acabara de ser transferido desde Pinheiro da Cruz. É capturado passado semanas. Seguem-se vários motins, planos de fuga, greves de fome, protestos, reivindicações e incontáveis (de tão numerosas) denúncias feitas aos meios de comunicação e outros organismos, onde o seu nome se encontra associado, bem como castigos com o isolamento de toda a população prisional. Sofreu imensas transferências pela calada da noite, umas vezes para outras alas ou para celas disciplinares; outras vezes para outros isolamentos, com regime 111º[3]; outras vezes para outras prisões como castigo informal e para desmobilizar lutas. O tratamento discriminatório e a má-fé sobre as papeladas relacionadas com o cúmulo jurídico de penas, pleno de irregularidades processuais, torturou-o profundamente, levando-o a uma situação equivalente a uma condenação perpétua encapotada e deixando-o com todas as incertezas e esperanças tiradas por terra.

Contudo, sempre se manteve firme perante o poço sem fundo para onde o lan-

À MEMÓRIA DE UM INDOMÁVEL

çaram. Já quase com 70 anos de idade, na prisão de Pinheiro da Cruz, recusou-se a mudar de Ala e disse aos carcereiros, com valentia e decididamente: **"Daqui não saio! Eu pelo meu pé não saio! Só saio à força ou passando por cima do meu cadáver!"** Os mercenários ficaram estupefactos, mas a troco do vil salário, cumpriram a ordem superior e levaram-no à força, mas não pelo seu pé; levaram-no em maca, não para outra Ala, mas para o violento castigo de total isolamento (equivalente ao revogado, em 2009, regime 111º), no *Big Brother*[4], a prisão dentro da prisão, separado rigorosamente de toda a população prisional, como represália pela sua insubmissão. Entrou em greve de fome, de sede e de silêncio imediatamente. Uma greve de silêncio que implicou que nem uma palavra fosse dirigida ao inimigo: carcereiro ou quaisquer outros funcionários ligados ao Estado. Os carcereiros tentaram falar com ele, e nada: nenhuma resposta obtida; foi a assistente social, e nada; foi a educadora, e nada; foi a psicóloga, e nada; foi o enfermeiro, e nada; foi o médico, e nada; foi o psiquiatra, e nada. "**Chega! É impossível o diálogo com os opressores!"**, disse para si mesmo. **"O homem está louco!"**, afirmaram. **"Não sabiam o que fazer... Andavam como baratas tontas, sem saber que decisão tomar"**, observação sua. Apenas aceitou falar com o seu último advogado, José Preto. Esta luta envelheceu-o muito e deixou-o muito debilitado a nível de saúde. Depois de lhe roerem os ossos e a carne, quando se encontrava quase com os pés para a cova, meio cego e com diabetes, e já com alguns AVCs sofridos, foi restituído, a 15 de Março de 2012, à "liberdade", talvez para evitar engrossar a escandalosa estatística da mortandade dentro das prisões...

Quantas mortes de companheiros não viu ele? (Toda a morte dentro da prisão é crime de Estado!). Quantos bárbaros espancamentos a companheiros não viu ele? Quanta degradação não viu ele? Quanto terrorismo não constitui o que ele sofreu e viu sofrer? Quanta tortura não sofreu ele? (A prisão já por si é tortura!...). Quantas vezes não foi induzido ao suicídio? Quantas ameaças de morte não sofreu?

Por onde passou deixou rasto: na prisão-escola de Leiria, durante o regime fascista, participou em vários protestos contra o miserável rancho e a prepotência. Na Penitenciária de Coimbra, depois do 25 de Abril de 1974, amotinou-se com outros presos durante semanas(...). De seguida, na prisão de Paços de Ferreira, é eleito presidente da associação de reclusos.

Recusava terminantemente enviar cartas de forma legal, porque lhe repugnava profundamente a censura e a vigilância que estas sofriam. Ficava quase doente de tanta repugnância e indignação que sentia com a devassa dos seus dossiês, dissimulados entre outras papeladas relacionadas com os seus processos para despistar os carcereiros. Muitas vezes chegou mesmo a ocorrer o roubo desses mesmos dossiês por parte dos carcereiros durante as rusgas. Os seus dossiês eram compostos, entre outros papéis, maioritariamente por anotações sobre presos espancados por carcereiros, sobre presos mortos, muitos dos quais de forma suspeita por parte dos carcereiros e outros por falta de assistência médica, além de variadíssimas exposições para vários organismos e cadernos reivindicativos. Estava sempre atento ao que se passava. Tudo quanto tinha conhecimento, anotava com os devidos pormenores, as datas e respectivos nomes dos responsáveis, e guardava junto com os diversos objectos que tinha na cela.

António Ferreira, indivíduo resistente e com princípios, ética e grande firmeza de ânimo, foi o represaliado, o perseguido, o castigado dentro do castigo com isolamentos vários[5], por não se calar em relação à dilacerante monstruosidade que representa a instituição prisão - qual centro de extermínio! -, por defender a sua dignidade e ser solidário com os seus companheiros. Preferia antes morrer do que deixar-se espezinhar na sua dignidade, considerado por si o seu bem mais precioso.

Palavras do António Ferreira escritas na sua providência cautelar enviada a vários organismos nacionais e internacionais desde a prisão de Vale de Judeus no ano de 2005: *"Dentro da prisão defendo ideias e convicções, por isso sou perseguido. Defendo a minha dignidade, por isso sou perseguido. Escrevo para a imprensa desde 1974, por isso sou perseguido. Tornei-me sócio e correspondente de organizações de Defesa dos Direitos Humanos e dos Reclusos, por isso sou perseguido. Professo ideias libertárias, por isso sou perseguido. Chamo a atenção em relação ao incumprimento das suas próprias regras, à sistemática violação da Reforma Prisional (Dec. Lei 265/79), por isso sou perseguido. Combato a corrupção, o abuso de poder, a violência gratuita, a incompetência, a sujeição dos presos a trabalhos com salários de escravatura, por isso sou barbaramente perseguido. Finalmente (não tão finalmente como isso…) sou testemunha de acusação (aqui entramos na parte mais delicada para eles, e a mais perigosa para mim!) em vários processos que correm nos tribunais contra funcionários desta prisão (Vale de Judeus) que ali são constituídos arguidos na qualidade de presumíveis implicados em crimes de corrupção, abuso de poder e morte de reclusos. Por isso sou odiado, perseguido, reprimido e ameaçado de morte!"*

Não obstante todas as obstruções inerentes à prisão, através do seu esforço próprio aprendeu a ler, a profissão de radiotécnico, de serralheiro e de torneiro mecânico com a categoria de profissional. Era um autodidacta. Leu livros sobre história, sociologia, política, marxismo, anarquismo, filosofia, ecologia, psicologia, psiquiatria, antipsiquiatria, física, química, astronomia, astrologia e ciência. Quanto mais lia, mais consciência de si ganhava, logo mais revoltado se encontrava. E as palavras para ele tinham significado. Não era um retórico e um malabarista da palavra. Pensava pela sua própria cabeça, logo era considerado perigoso para o sistema. Não era nada indiferente ao que ocorria à sua volta, tanto local como globalmente. Pelo contrário: era um indivíduo socialmente informado e preocupado. E comentava com espanto, preocupado e todo exaltado, **"por que é que as pessoas fora dos muros não se revoltam ao ponto de pôr as estruturas do domínio que as destrói de patas ao ar?!... Como é que as pessoas ainda continuam a papar o discurso dos políticos e a sustentar o domínio que as submete a "viver" na ignomínia?!"**. Ele vibrava com indignação selvagem com o que se passava perto de si, bem como fora de muros. Sim, selvagem porque nunca se deixou domesticar. Ele era insubmisso e manifestava os seus sentimentos de uma forma nada ambígua. Era frontal e desprezava as "boas maneiras" sociais nas quais encontrava muita hipocrisia e representação. Ele sentia as injustiças deste mundo de uma forma exaltada, palpitante e com um profundo desejo de combatê-las com todas as suas forças e capacidades. Ah!, como ele comentava, barafustava, estrilhava, sofria e vivia os acontecimentos que lhe chegavam através dos jornais, da rádio (ainda não havia televisores nas celas na altura) e mais adiante através da televisão! E como ele conhecia tão bem a mentira do discurso do estado!... Como lhe repugnava o discurso charlatão e mentiroso dos políticos!... Era um inadaptado dentro e fora dos muros.

O António Ferreira, referência para os companheiros que não se deixam degradar e vender, era visto e sentido com simpatia e fascínio pelos que o rodeavam como um companheiro na verdadeira acepção da palavra. Fazia palestras e esclarecia os seus companheiros que desconheciam os seus direitos. Inspirava total confiança e companheirismo entre estes. Era solidário e generoso, homem de palavra, sempre ao lado dos seus companheiros, fomentando o companheirismo, a leitura de bons livros, a luta pela defesa da dignidade e da liberdade, insuflando ânimos, força interior e resistência para o avançar da luta contra os aguilhões do poder. Ele era um indivíduo altivo, indomável, inimigo da autoridade, lutador, andava sempre em constante estado de indignação, sempre a ferver e a arder de profunda revolta, e constantemente em confrontação contra os carcereiros e outros serventuários do poder, contra a instituição prisão, de uma forma corajosa, com valentia e determinação exaltada e destemida, o que, por vezes, chegava a assustar os companheiros mais próximos

Da esquerda para a direita: Maurício, Tó, Soares, Juvenal e **António Ferreira de Jesus** no pátio do campo de futebol do E.P. Pinheiro da Cruz em 1977

À MEMÓRIA DE UM INDOMÁVEL

pelas consequências que daí poderiam surgir para si. Ele transpirava revolta por todos os seus poros. E muitas vezes era visto e sentido como uma bomba prestes a explodir, de tanta revolta impregnada em todo ele.

Os detractores, alguns autênticos estalinistas que fazem e desfazem a história, pessoas que com a versão policial na boca pareciam mais polícias do que a própria polícia no sentido de inventarem histórias (como a mentira sobre a morte de um pastor e do seu cão pela qual o António teria sido condenado), trataram de pintá-lo como um imoralista, de criar juízo público e de fabricar opinião, no entanto não poderão apagar o que o António Ferreira foi e representa, e toda a extraordinária consideração de todos os presos em luta e outro/as companheiro/as que o conheceram e partilharam com ele momentos, tanto fora como dentro da prisão. Ninguém pretende colocá-lo num pedestal, ele seria o primeiro a recusá-lo porque não aceitava pedestais para ninguém. No entanto é importante pôr os pontos nos is. Tinha a capacidade de reconhecer os seus erros dentro dos caminhos de fora-da-lei, nunca o fez perante o Estado, ao qual não reconhecia qualquer legitimidade. O currículo destes detractores e pseudo-críticos, alguns dos quais jornalistas-polícia, comparado com a sua folha de serviço, só revela demagogia, servidão ao Poder e muitos sapos vivos engolidos devido à sua cumplicidade para com este. Mas o que sabem estes hipócritas e falsos moralistas sobre o que é viver constantemente sobre o fio da navalha e em rebelião permanente contra o poder e as suas várias ciladas? O que sabem eles de dignidade? Alguns não sabem nada da luta clandestina e o que isso implica e significa. E nenhum cabelo deles chegaria aos calcanhares do António em termos de estar neste mundo em confronto constante, ainda que submetido às piores condições da prisão que é a máxima expressão da opressão.

Ele deixava os carcereiros e outros funcionários estupefactos e amedrontados com as suas invectivas, ameaças de denúncia e reivindicações proferidas em alto e bom som, fazendo ressoar o eco das suas palavras pelas paredes da sufocante arquitectura prisional.

Na década de 80, na prisão de Pinheiro da Cruz, por ordem arbitrária dos carcereiros, todos os presos que se encontravam no pátio do campo de futebol saíram excepto o Ferreira, que enfrentou como um leão, peito a peito, um sub-chefe e outros carcereiros, com um rol de acusações de corrupção e de espancamentos a presos, deixando-lhes as caras vermelhas, inchadas de ira e com o rabo entre as pernas. Ele tinha informação de muita da corrupção e podridão existente na prisão e jogava com essa informação com frontalidade e destemidamente.

> **Inconformado com as desigualdades sociais e com o terrível terrorismo que constitui a violência económica, opôs-se ao roubo da vida**

Nenhum carcereiro o espancou. Dizia em alto e bom som: *"Não permito, em circunstância alguma, que nenhum carcereiro me toque nem sequer com uma unha. Morro de seguida, mas primeiro mando-o imediatamente para a "sucata"!"*

O Ferreira era o que não falava com eles (bófias e outros funcionarios da prisão), e todo aquele que fosse visto a falar muito com eles era considerado suspeito para si. Ele tinha os carcereiros e muitos presos armados em polícias, vigiando cada passo que dava. Todos os presos que se atreviam a acompanhá-lo no recreio ficavam registados a tinta vermelha nos seus processos internos, o que, só por si, os estigmatizava e prejudicava de forma informal e prepotentemente nos processos para saída em liberdade condicional e em relação aos seus direitos.

Para preservar o mais profundo do seu eu, a sua dignidade, a sua personalidade, depois destes 52 anos de prisão, criou toda uma couraça, composta de amargura, azedume, aspereza e simultaneamente misturada com uma exaltada e assustadora revolta, que chegava por vezes a afastar o/as companheiro/as mais chegado/as a si. Só quem o conhecia um pouco mais a fundo sabia da sua grande sensibilidade e generosidade, bem como de alguns dos seus sonhos que o faziam avançar e resistir.

O António manifestou várias vezes em público o seu profundo agradecimento pela extraordinária solidariedade que recebeu de companheiros/as tanto a nível nacional como internacional e que devido a esse apoio conseguiu resistir e escapar de ser morto na prisão. Solidariedade essa que não lhe faltou à saída da prisão e que lhe deu um tecto até ao seu último dia de vida. Bem hajam a todas/os estas/es companheiras/os!

É com profunda simpatia, companheirismo e amizade que partilhamos a sua memória, e com profunda dor que sentimos o seu falecimento.

O espírito do António Ferreira
não morreu!
Até sempre companheiro!
Do/as teus/tuas companheiro/as!

António Ferreira foi sepultado no cemitério de Portimão, na sua tumba pode ler-se: "Altivo, indomável, inimigo da autoridade, o teu sonho pela liberdade jamais será destruído! Amor e Anarquia!
Dos teus companheirxs"

1. Pena de prisão aplicada no regime fascista por "mau comportamento" para além da pena inicial.

2. No código penal fascista, quando um tribunal condenava um indivíduo a uma pena qualquer, por exemplo, de 5 anos de prisão e com a delinquência, isto significava que o indivíduo poderia cumprir, à parte dos 5 anos, mais um período de pena de 3 anos; e se o indivíduo tinha uma outra sanção disciplinar, aplicavam-lhe outro período de 3 anos; e se voltava a ter outro castigo, acrescentavam-lhe outro período de 3 anos, ou seja, o indivíduo poderia cumprir no total: 5 + 3 + 3 + 3 = 14 anos de prisão. No caso do António, se não tivesse ocorrido o 25 de Abril de 1974, poderia ter cumprido 24 + 3 + 3 + 3 = 33 anos de prisão. A delinquência era uma medida punitiva que poderia ir até 3 períodos de penas de 3 anos de cada vez, que poderiam ser acrescentadas à pena inicial, de acordo com os critérios das direcções das prisões. E ser considerado de difícil correcção pelo tribunal implicava medidas de vigilância muito especiais sobre o indivíduo.

3. Em 2009 o poder legislativo substituiu o regime 111º por outro equivalente. O artigo 111º do decreto-lei nº 265/79 de 1 de Agosto diz:
Medidas especiais de segurança
1- Podem ser aplicadas ao recluso medidas especiais de segurança quando, devido ao seu comportamento ou ao seu estado psíquico, exista perigo sério de evasão ou da prática de actos de violência contra si próprio ou contra pessoas ou coisas.
2- São autorizadas as seguintes medidas especiais de segurança: a) Proibição do uso de determinados objectos ou a sua apreensão; b) Observação do recluso durante o período nocturno; c) Separação do recluso da restante população prisional; d) Privação ou restrições à permanência a céu aberto; e) Utilização de algemas; f) Internamento do recluso numa cela especial de segurança.
3- A aplicação das medidas previstas no número anterior é autorizada quando de outro modo não seja possível evitar ou afastar o perigo da tirada ou de fuga de reclusos ou quando exista perturbação considerável da ordem e da segurança do estabelecimento.
4- As medidas especiais de segurança mantêm-se apenas enquanto durar o perigo que determinou a sua aplicação.
5- As medidas referidas no nº 2 não podem ser utilizadas a título de medida disciplinar.

4. *Big Brother* designa o nome que os presos deram à prisão construída (de forma sofisticada e cheia de câmaras de video-vigilância) dentro da prisão de Pinheiro da Cruz na década de noventa, totalmente separada e isolada, ao ponto de só os guardas ou outros funcionários prisionais, excepto os advogados, poderem ter contacto com os presos aí isolados separadamente entre si, em autênticas gaiolas de cimento armado e aço.

5. A prisão em si é castigo/tortura. O indivíduo condenado a pena de prisão já está a sofrer castigo e dentro do castigo que é a prisão sofre outros castigos, como por exemplo, em celas de "habitação", em celas disciplinares, em regimes de total isolamento, com separação de toda a população prisional, etc., para além das prepotências inerentes a quem exerce autoridade.

DESNORTE

Os paparazzi e a taxidermia ou Manuelito, já te tenho dito que não é bonito andares-me a enganar

A.

Mas como não sentir um certo gostinho ao assistir à canibalização desta gentalha, na escandalosa percepção do miserabilismo que todos conhecem de ginjeira mas que raros enxergam nestes figurões que se fazem nobilíssimos tratantes, pé ante pé, numa majestade periclitante pelas estrias da Cultura (com letra grande, pois claro!).

Manuel Maria Carrilho, ex-ministro da dita, todo "aqui me tens", a desfiar as tricas e fulanices da sua vidinha conjugal, entregue de corpo e ruínas à "abutrinagem" da comunicação social. Que beleza! A minuscular, a implorar a redenção pública enquanto, publicamente, se desossa num striptease repugnante. Nem mais, só as alforrecas é que morrem de pé.

E é vê-lo, titubeante, a espremer os seus olhos de morto e a dizer: *Por amor de deus, eu sou um homem de afectos!* Ai, coisa mai linda, inexorável na sua tacanhez, tão bem adestrado pelas tiranias do sensacionalismo. The show must go on, e daí adiante vergando-se à cabotinagem pechisbeque, ao sucedâneo de si, desmandibulado na representação vesga e mui reaça do fiasco real. Como uma luva ao contrário, se me entendem

Acabar de vez com a lógica comezinha do parcialmente público. Ou é ou não é, e se é, deve sê-lo radicalmente e existir apenas na medida da sua reprodutibilidade, na liquidificação absoluta do seu carácter (imaginando-se que alguma vez existiu um), na massa.

Ser condição *sine qua non* a todo e qualquer cargo de poder uma ininterrupta vandalização dos eu´s que os arrogam. Roubá-los definitivamente da sua ausência, da sua aptidão de ser. Serão como máquinas cénicas, e cada gesto, cada palavra, cada silêncio esgotar-se-á pela iteração. Que impludam abafados pela sua imagem mil vezes autopsiada.

Expropriá-los de si até que nos dêem só e meramente vontade de rir senhores, de estalar a rir!

Todos passados a pente fino, certinho direitinho, e depois que se desenrasquem, que nos entretenham com o espectáculo do seu malogro, com as suas mundanidades; apanhados a fumar crack nas esquinas de Toronto, a encomendarem prostitutas tailandesas para o jantar de negócios com o ministro da economia iraniano, a chorarem que nem umas madalenas, a definharem com disenteria nas clínicas privadas da Suécia, a incendiarem os seus 27 Porshes, a ordenarem para que se incendeiem os seus 27 Porshe´s, etc, etc

> Manuel Maria Carrilho, ex ministro da dita, todo "aqui me tens", a desfiar as tricas e fulanices da sua vidinha conjugal, entregue de corpo e ruínas à "abutrinagem" da comunicação social. Que beleza!

"Morreu Vilarinho das Furnas, sob o manto de água que lhe deu a vida"

JOSÉ CARVALHO

Em Janeiro de 1969 António Campos desloca-se a Vilarinho das Furnas para filmar os últimos dias desta aldeia comunitária. Após sugestão do cineasta Paulo Rocha, que lhe indicou a história desta povoação perdida entre a Serra Amarela e a Serra do Gerês banhada pelo Rio Homem, e influenciado pela obra do antropólogo Jorge Dias, António Campos, a expensas próprias, muda-se para Vilarinho onde, durante cerca de um ano filma episódios da vida da aldeia. A desconfiança dos serranos, mais tarde totalmente rompida quando confrontada com o filme, leva-o a um caminho feito de pequenas conquistas, movido pela urgência de registar uma memória que iria em breve ser submersa por decisão do regime de então. As tradições comunitárias da povoação, em muito resultado da necessidade de ultrapassar as adversidades da dura vida da serra, são registadas pelo realizador através do testemunho dum dos seus habitantes, tornado-o seu cúmplice, quando este nos narra o funcionamento da vida comum. Ao mesmo tempo que o escutamos surgem as imagens do realizador que nos dão a ver a vida da serra ocupada pelas suas gentes.

Fotografia de rodagem de Vilarinho das Furnas

António Campos, colocado à margem do regime, consegue escapar à férrea censura confrontando (num invisível elogio) a força da vida serrana, regida por princípios de autonomia e comunitarismo, com a voracidade do progresso. A determinada altura do filme, num leve tom de ironia, representa a figura do governador ,representante do poder central e dos interesses do estado, com o qual os aldeões tentam negociar o valor da indemnização das terras perdidas. Anuncia-se assim um fim pelo medo, por uma força que minga perante a cega autoridade de decisão dum governo central.

A aldeia que nos é trazida carrega o anúncio duma vida perdida, através do olhar e da curiosidade de António Campos, da sua relação com as gentes, com a paisagem e o cinema. Eterniza-se um vale em tempos ocupado por searas, com casas construídas pela perícia dos seus habitantes e pelas pedras da serra. As imagens tornam-se tão livres como a liberdade que Campos pretende resgatar do local que muito em breve viria a ser afogado, juntamente com a sua memória. O filme estreia-se em 1971, numa altura em que o regime se encontrava já meio moribundo, um ano antes duma albufeira tomar lugar sobre as casas e os campos. Vilarinho não se afogou por acaso.

> "Eterniza-se um vale em tempos ocupado por searas, com casas construídas pela perícia dos seus habitantes e pelas pedras da serra."

MAPA ASTRAL

Da esperança ao desespero, este novo horóscopo está amplamente impregnado de possíveis "más" previsões. No entanto, cada pessoa pode interpretá-las segundo a sua moral, ou a ausência absoluta da mesma.

M. CARNEIRO

CARNEIRO
21 DE MARÇO A 20 DE ABRIL

Encontrarás um novo trabalho mas, atenção, o que parece uma nova oportunidade são na realidade velhas algemas, e lembra-te das palavras de um velho sábio *"não fazer nada é uma actividade interior, não é preguiça, é reflexão"*.
Abandona a auto-gestão da saúde, o tomilho não te salvará de uma infecção respiratória nem de um ataque de catarro agudo, acelera para o hospital mais próximo (evita o Amadora-Sintra).
O amor é uma ideia, e como todas as ideias não possui qualquer aspecto positivo, deixa-te guiar pelo instinto, usa todas e todos para o teu próprio benefício e assim talvez chegues ao fim do ano com o Ego bem alimentado.

TOURO
21 DE ABRIL A 20 DE MAIO

Momento de libertação, de fracasso em fracasso descobrirás que a tua presença na sociedade é completamente prescindível, ninguém espera nada de ti e, em consequência, tu não esperas nada de ninguém, estás mais além do bem e do mal, Explode!
As fêmeas descobrirão que o solstício de inverno é um excelente momento de fertilidade, invoca todo o poder de *Inanna*, todos os machos de qualquer signo se converterão em meros escravos.
O poder de *Inanna* é omnipresente, se és fêmea usa-o até à exaustão, se és macho deixa-te dominar e desfrutarás de instantes extáticos.

GÉMEOS
21 DE MAIO A 21 DE JUNHO

Mercúrio – o teu astro regente – é um planeta em vias de implosão, não há nada de bom que possas esperar nos próximos milénios, é melhor deixar a previsão por aqui.

CARANGUEJO
22 DE JUNHO A 22 DE JULHO

Evita ler jornais, qualquer previsão positiva sobre a economia é apenas uma nova tentativa de adiar o eminente apocalipse social, nenhum mestrado te poderá salvar do pântano em que se converterá a tua vida profissional.
Desiste de todas as técnicas orientais – Shiatsu, Reiki, etc. – com que tentas resolver o teu problema de cãibras nos dedos dos pés, é um problema crónico, aprende a viver com a dor e o desconforto.
Possuis um signo com muito azar, todos os alinhamentos astrais predizem que encontrarás a tua "cara-metade", aquela que te impossibilitará um desfrute contínuo do teu Eu, físico e espiritual, e o resto da tua vida será dedicado a outro/a… Morreste!

LEÃO
23 DE JULHO A 23 DE AGOSTO

Existe uma única profissão a que ainda podes aspirar: ladrão. Especializa-te em todo o tipo de fraudes e finalmente poderás alimentar a tua família. A sobrelotação prisional garante que possas trabalhar com tranquilidade durante muito tempo.
Deixa de temer a morte, os tumores benignos são para os débeis, espera tranquilamente qualquer diagnóstico.
Somente sabes que estás vivo/a quando és capaz de encarar a morte, e *"amando descemos até às raízes da vida, até à frialdade fatal da morte"*. Deixa-te levar por todas as paixões que te surjam, pelo menos descobrirás que a felicidade é um fantasma e só a infelicidade é real.

VIRGEM
24 DE AGOSTO A 23 DE SETEMBRO

Aproxima-se um acordo nuclear com a Coreia do Norte. O cruzamento entre o teu planeta, Mercúrio, e o do Grande Líder, Marte, proporcionar-te-á grandes oportunidades profissionais neste hospitaleiro país.
O Propólis misturado com os restos daquele licor de alfarroba que te ofereceram no natal passado, ajudar-te-á a curar um agressivo encaracolamento do cabelo. No entanto, o cabelo encaracolado possui fantásticas propriedades anti-oxidantes. Se preferes podes usá-lo para atacar esses estúpidos radicais livres.
Mau momento sentimental, ninguém te amará no próximo trimestre, se tens filhos sentirás esse desamor de uma forma ainda mais trágica. Dedica tempo e carinho a todos os animais abandonados que encontres, mesmo aqueles que te refilem os dentes.

BALANÇA
24 DE SETEMBRO A 23 DE OUTUBRO

A presença insistente dos "buracos negros" no horóscopo anterior desaparece nos próximos meses por efeito do costume, dilui-se no quotidiano, tem o mesmo efeito negativo que a tampa da sanita mal aparafusada que continuamente te cai nas costas enquanto defecas. O caderno de economia dos jornais deixará de provocar-te perplexidade.
Abandona-te ao orgástico prazer das comichões púbicas, coça-te até roçar o absoluto.
Não precisas de ninguém para alcançar orgasmos triunfais, o cafuné púbico satisfará todas as tuas necessidades sexuais.

ESCORPIÃO
24 DE OUTUBRO A 22 DE NOVEMBRO

A tua casa zodiacal é um desastre este mês, desordenadíssima… Desde que o teu astro regente, Plutão, deixou de ser considerado um planeta pela comunidade astronómica internacional há cerca de sete anos, que é impossível uma previsão fiável baseada no teu signo, deixa de consultar horóscopos!

SAGITÁRIO
23 DE NOVEMBRO A 21 DE DEZEMBRO

A tua dependência do whatsapp começará a tornar-se patológica, provocando-te um transtorno dissociativo de identidade que te levará a uma paranóia contínua de perseguição e controle. Queima o telemóvel! Agora!
Se não queimas o telemóvel a tempo e o transtorno dissociativo progride, é o momento de arriscar uma sopa de urtigas, riquíssima em vitamina C e ferro que te ajudará a paliar os piores momentos.
O único aspecto positivo do possível desenvolvimento do transtorno dissociativo é no campo do amor, poderás –dependendo do nível de transtorno– interrelacionar-te continuamente com pessoas diferentes, sem o pérfido perigo do ciúme, todo/as contentes, todo/as satisfeitos.

CAPRICÓRNIO
22 DE DEZEMBRO A 20 DE JANEIRO

Nisto do trabalho já nem sabemos bem que inventar, celebrar o aniversário durante a temporada natalícia não augura nada positivo. Dedica-te ao filantropismo, atira miolos de pão a mendigos, oferece sopa quente a pombos, etc., a tua consciência dormirá tranquila até ao próximo horóscopo.
A filantropia nunca se entendeu bem com o fígado, nem com a vesícula, terás problemas de todos os feitios com estes órgãos. Poderás desintoxicar-te diariamente praticando a terapia do riso, brincadeiras, artes, lazer, tudo isto enquanto não praticas a filantropia.
E seguindo o trilho do filantropismo, as tuas relações amorosas não poderiam ser menos prazenteiras, amarás todo/as e cada um de nós, deixarás de existir como indivíduo, serás o teu próximo.

AQUÁRIO
21 DE JANEIRO A 19 DE FEVEREIRO

Partilhas signo com o John Travolta, dedica-te à dança ou à pilotagem de aviões e tudo irá bem em qualquer âmbito.

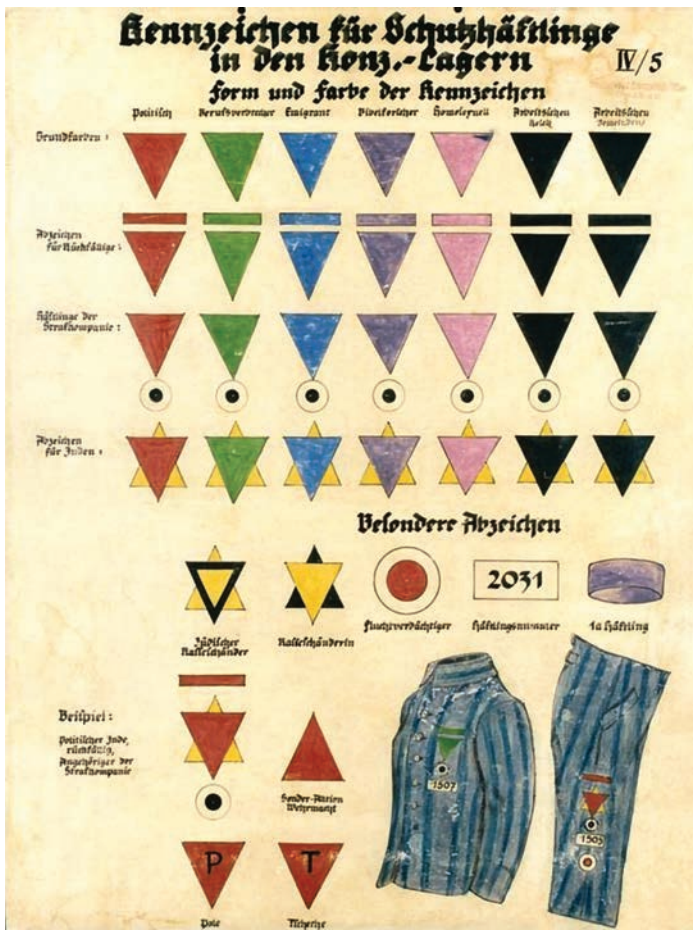
PEIXES
20 DE FEVEREIRO A 20 DE MARÇO

O uso de perfumes aumentará consideravelmente as probabilidades de que sejas tu o premiado da bicha do IEFP com um bilhete de regresso à escravatura. Dependendo do que desejes, a servidão ou a liberdade, inunda-te ou não dessa terrível mistura de álcool e água perfumados.
Continua a tratar os teus pés através de massagens e tenta alternar diferentes formas de limpar os teus ouvidos.
O acaso regerá tudo aquilo que te aconteça no âmbito amoroso, nada poderás fazer para prevenir ou favorecer o desenrolar dos acontecimentos.

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 4
DEZEMBRO'13-JANEIRO'14 · ANO II
3000 EXEMPLARES

Mitos nazis que todos deveriam conhecer



Emblemas nazis para as diversas categorias de "indesejáveis" recluídos nos campos de concentração

COLECTIVO ELEUTÉRIO

Há que desmistificar as patranhas de que os Neo-Nazis fazem alarde e pespegam como verdades incontornáveis na sua caderneta de cromos:

1) HITLER ERA UM NACIONAL

Hitler não nasceu na Alemanha. Por ser considerado emigrante ilegal, esteve em perigo de ser extraditado de volta para o seu país (Áustria), quando compareceu a tribunal, para ser julgado pela sua participação no *Beer Hall Putsch*. Durante quase uma década, permaneceu na condição de apátrida e só adquiriu legalmente a nacionalidade alemã em 1932. Para contornar o dissabor de não ser um alemão legítimo, teve de socorrer-se de um estratagema: basear a sua ideologia, não numa nacionalidade vinculada a um determinado Estado-nação definido por fronteiras territoriais, mas numa suposta "raça-nação" não circunscrita a um território, mas em permanente movimento de expansão/colonização imperialista. Talvez por isso, os Neo-Nazis portugueses não vêem contradição alguma entre defenderem o nacionalismo para Portugal e, ao mesmo tempo, subjugarem-se a uma ideologia de origem estrangeira (o Nazismo).

2) O PARTIDO NAZI ERA DE EXTREMA-DIREITA

Hitler aderiu ao Deutsche Arbeiterpartei (Partido Alemão dos Trabalhadores), que procurava captar votos sobretudo à Esquerda, dizendo-se anti-comunista e anti-marxista (a Esquerda de suposta "influência judaica") mas também anti-capitalista e anti-liberal (a Direita "degenerada" por financeiros semíticos). A sua posição no quadrante político é explícita: "Somos socialistas, somos inimigos do actual sistema económico capitalista devido à exploração dos economicamente desfavorecidos, com os seus salários injustos, com a sua avaliação indecente de um ser humano de acordo com a riqueza e a propriedade ao invés da responsabilidade e do desempenho, e estamos determinados a destruir este sistema sob todas as formas" (Hitler, discurso de 1 de Maio de 1927). Após subir ao poder, Hitler fez desaparecer na "Noite das Facas Longas" antigos camaradas Nazis que não lhe prestavam a devida vassalagem (Strasser, Röhm, etc.) e transformou o então renomeado NSDAP (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães) numa máquina de linchamento de todos os outros partidos e oponentes políticos (quer à Esquerda, quer à Direita),como convém a todo o ditador totalitário.

3) HITLER NUTRIA EXCELENTES RELAÇÕES COM SALAZAR, A QUEM OFERECEU UM MERCEDES

Correm boatos de que um Mercedes-Benz 770, modelo preferido pelos altos oficiais nazis, teria sido oferecido a Salazar por Hitler, o que não é verdade, já que a nota de encomenda indica que esta foi feita directamente à Mercedes Portugal pela P.I.D.E. Salazar pouco usou esse automóvel, que considerava demasiado ostensivo. Além disso, Salazar admitia algo incompatível com a ideologia racial nazi: a sua costela judaica (documentada em duas fontes distintas: *"A vera genealogia do ditador Salazar: copiada de um papel intitulado Inquérito genealógico à cristãonovice, concubinato e outros defeitos de sangue na ascendência de Salazar"* pelo genealogista Luis de Bivar Guerra, e *From my Portuguese Diary* pelo empresário e rabino americano de origem sefardita Albert Jean Amateau, recebido por Salazar). Quanto a Hitler, via em Portugal apenas mais um território passível de ser anexado, tanto que, depois da invasão da França em 1940, emitiu com o nome de Operação Félix, uma directiva cujos planos contemplavam a invasão de Portugal.

4) OS NAZIS ERAM PERFEITOS EXEMPLARES DA RAÇA ALEMÃ

Os que se arrogavam a descender, sem mácula genética, daquela mítica raça germânica que colonizou toda a Europa, cabiam perfeitamente nas categorias de "elementos suspeitos" (*unzuverlässige Elemente*) com que rotulavam os enviados para os campos de concentração: Hitler, emigrante ilegal, vagabundo (viveu como indigente num centro de acolhimento judeu para sem-abrigo) e deficiente (foi recusado no serviço militar austríaco devido a "deficiência física", pois tinha apenas um testículo); Göring, toxicodependente, viciado em morfina; Goebbels, doente crónico, tinha uma deformidade permanente na perna direita (osteomielite); Streicher, demente instável; Koch, criminoso profissional e homossexual; etc.

5) HITLER ERA AMADO PELOS ALEMÃES

Conhecem-se, pelo menos, 40 atentados contra Hitler ao longo da sua carreira política – menção que deve ser suficiente para demonstrar que a sua popularidade era mais propaganda do que indiscutível apreço.

6) OS NAZIS MATAVAM TUDO O QUE ERA JUDEU

Abriam-se excepções à lei racial para salvar a vida a amigos judeus, prova de que uma boa cunha é válida em qualquer regime. Entre eles, constavam: Dr. Eduard Bloch, o médico que tratou da mãe de Hitler; Ernst Hess e Hugo Gutmann, militares que foram antigos superiores hierárquicos de Hitler durante a Primeira Grande Guerra; Karl Haushofer, ex-professor de Rudolf Hess; etc.

MAPA BORRADO :

ERA UMA VEZ... UM DESEMPREGADO, UM SINDICALISTA E UM POLÍCIA QUE DECIDIRAM PROMOVER, CADA UM, ACTOS SIMBÓLICOS PARA MELHORAR A SUA CONDIÇÃO
O DESEMPREGADO TENTOU IR ROUBAR UM PACOTE DE ARROZ A UM SUPERMERCADO PUBLICITANDO O SEU ACTO
SORRIA
FLASH
E ACABOU POR SER VÍTIMA DE UMA OPERAÇÃO DE CHARME COM SABOR A NATAL PARA AS CÂMARAS
O SINDICALISTA TENTOU OCUPAR UM MINISTÉRIO PARA EXIGIR CONVERSAR COM O MINISTRO E FAZER OUVIR AS SUAS REIVINDICAÇÕES
MAS FOI MANDADO PARA CASA ÀS 15:30 PELO DELEGADO SINDICAL
ESTE ORÇAMENTO É UM ROUBO
IDE EM PAZ CAMARADAS
CLARAMENTE NÃO AVALIARAM OS RISCOS QUE ESTE TIPO DE ACTOS SIMBÓLICOS TÊM DE SEREM APROPRIADOS POR MÃOS QUE LHES SÃO ALHEIAS E CONTRÁRIAS
NA CULTURA DO SIMBÓLICO, BASTA SEMPRE O SIMBÓLICO...
O POLÍCIA, CONTUDO, PARTICIPOU NUMA MANIFESTAÇÃO DE FORÇAS DE SEGURANÇA QUE OCUPOU SIMBOLICAMENTE A ESCADARIA DO PARLAMENTO DESOBEDECENDO AOS SEUS COLEGAS DE SERVIÇO. ISTO SIM, UMA JÓIA DE VITÓRIA SIMBÓLICA, AINDA QUE LIGEIRAMENTE CONFUSA. E QUANDO AO FIM DO DIA REGRESSOU A CASA, A CONFUSÃO CONTINUAVA LATENTE...
OH FERNANDO, ESTIVESTE A TRABALHAR OU A MANIFESTAR-TE?
POLÍCIA
PORCOS PRETOS PA ÁFRICA
JOSÉ SMITH VARGAS